



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS

LILIAN BARROS GOMES

RELAÇÕES AFRO-DIASPÓRICAS:

A ATUALIDADE PRESENTE EM DIÁRIO DE BITITA

BRASÍLIA, 2018

LILIAN BARROS GOMES

RELAÇÕES AFRO-DIASPÓRICAS:

A ATUALIDADE PRESENTE EM DIÁRIO DE BITITA

Monografia em Literatura apresentada ao curso de
Letras Português da Universidade de Brasília-UnB,
como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana de Fátima Barbosa
Araújo

BRASÍLIA, 2018

GOMES, Lilian Barros. **Relações afro-diaspóricas**: a atualidade presente em Diário de Bitita. 2019. XX f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Português) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

1. Literatura afro-brasileira. 2. Literatura negra. 3. Diário de Bitita. 4. Crítica literária. I. Carolina Maria de Jesus – crítica e interpretação.

Dedicatória e agradecimentos

Dedico essa monografia a todas as pessoas que abriram as portas das oportunidades e realização dos sonhos para mim.

Em primeiro lugar, os meus pais que não puderam concluir o ensino fundamental, mas sempre fizeram o possível e o impossível para que eu continuasse estudando, mesmo que fosse preciso mais de uma hora de caminhada para me buscar na escola nos primeiros anos escolares, quando não havia dinheiro para custear a nossa passagem, até cada centavo investido nas xerox da faculdade. Obrigada principalmente pelo apoio contínuo e por nunca desistirem de mim.

Em segundo lugar, a minha irmã e melhor amiga por me incentivar, acreditar em mim e cobrar produtividade sempre.

Agradeço também a minha orientadora, cujo vínculo nasceu muito antes da produção desse trabalho, por ser uma ótima professora, compreensiva e franca ao longo de toda essa parceria.

E especialmente à todas as pessoas negras que passaram pela minha vida, escritores, professores, amigos e todos aqueles que em algum momento da minha trajetória me inspiraram nessa construção porque esse trabalho é resultado de tudo que eu me tornei e não seria possível a sua realização sem esses vínculos preciosos que tive o privilégio de construir.

Que possamos usar nossa voz para contar a nossa História.

Porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que nesse trabalho assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

-Lélia González

SUMÁRIO

1. UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE NECESSÁRIA	9
2. VIDA X FICÇÃO	16
3. ESTRUTURA DO LIVRO.....	19
3.1 BITITA	20
3.2 CAROLINA MARIA DE JESUS	23
4. PLANO ESPACIAL	25
4.1 CASA COBERTA COM SAPÉ X CASA COBERTA COM TELHAS.....	27
4.2 VIOLÊNCIA POLICIAL	29
4.3 EMPREGA DOMÉSTICA	31
4.3.1 HIPERSEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA	32
4.3.2 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E RACISMO	33
4.4 NÃO LUGAR	36
5. SOBRE OS PERSONAGENS	39
5.1 BENEDITO JOSÉ DA SILVA E A ANCESTRALIDADE	40
5.2 MANOEL NOGUEIRA, TRADIÇÃO ORAL E COLORISMO	42
5.3 JOÃO CANDIDO VELOSO E A AUSÊNCIA	44
5.4 COTA E A MATRIARCALIDADE DA MULHER NEGRA	45
5.5 A PRETA, A BRANCA E A MULATA	50
5.6 ANA MARCELINA: AUTO ÓDIO E BRANQUEAMENTO	53
5.7 CAROLINA MARIA DE JESUS: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E ANCESTRALIDADE	55
5.8 ADENDO	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

RESUMO

Tendo em vista que o negro utilizado como objeto de pesquisa é um lugar historicamente comum destinado a ele na literatura e em outros campos do saber e que isso, conseqüentemente, promove uma visão distanciada sobre o que os autores negros buscam de fato refletir em sua obra, esse trabalho tem como função central discorrer sobre a atualidade presente no livro *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus, procurando ir além da visão estereotipada em que a escritora geralmente é situada na análise de alguns críticos literários. Buscando dissertar sobre os aspectos realistas que estão intrinsecamente ligados às questões étnico-raciais que permeiam o *Diário de Bitita* e que se estendem até o momento presente. Para isso, questões fundamentais serão levantadas, tais como a hegemonia presente no sistema literário através do contraponto cânone x literatura afro-brasileira e a relação que Carolina enquanto escritora, narradora e personagem estabelece com importantes elementos da obra abrindo possibilidade para considerar *Diário de Bitita* uma narrativa afro-brasileira realista.

Palavras-chave: crítica literária, *Diário de Bitita*, literatura-afro-brasileira, literatura negra, realismo.

ABSTRACT: Considering that the black used as research object is a historically common place destined to him in the literature and in other fields of knowledge and that this, consequently, promotes a distanced vision on what the black authors really seek to reflect in his work, this paper has as its central function to discuss the current situation in the book *Diário de Bitita* by Carolina Maria de Jesus, seeking to go beyond the stereotyped view in which the writer is usually situated in the analysis of some literary critics. Seeking to discuss the realistic aspects that are intrinsically linked to the ethnic-racial issues that permeate the Bitita Diary and which extend to the present moment. For this, fundamental questions will be raised, such as the hegemony present in the literary system through the counterpoint canon x Afro-Brazilian literature and the relationship that Carolina as writer, narrator and character establishes with important elements of the work opening possibility to consider *Diário de Bitita* a realistic afro-brazilian narrative.

Keywords: literary critic, *Diário de Bitita*, literature-Afro-Brazilian, black literature, realism.

1. Uma perspectiva de análise necessária

Carolina Maria de Jesus é uma das maiores escritoras que já passaram pela literatura brasileira. Assim como Machado de Assis, através da escrita, ela conseguiu refletir a nível atemporal as várias nuances de sua sociedade, que tem como base construtiva o colonialismo e a escravização pessoas negras e indígenas. O seu primeiro livro, *Quarto de Despejo*, foi um grande sucesso editorial nos anos 60, sendo traduzido para mais de 13 idiomas em cerca de 40 países. Possibilitando que, nesse período, ela ganhasse grande notoriedade em vários veículos de informação, como jornais e TV em escala mundial. Levando para os mais diversos lugares uma outra perspectiva a respeito do Brasil.

Entretanto, em seu próprio país, ela ainda é uma escritora pouco conhecida e estudada para além do ambiente acadêmico. Não raro, é localizada somente como um objeto de pesquisa de natureza exótica nas universidades, recebendo um tratamento bem diferente de escritores que foram seus contemporâneos, como Clarice Lispector, por exemplo. Muitas vezes sendo alvo de questionamentos a respeito da legitimidade de sua literatura, visto que a estética que Carolina Maria de Jesus emprega foge dos padrões do que geralmente é enquadrado nessa categoria, que tem como referencial central as obras de escritores que são considerados cânones. Embora tenhamos autores como Guimarães Rosa, também contemporâneo de Carolina Maria de Jesus, que, assim como ela, não se enquadra nos padrões das formas literárias em suas obras, mas que, ainda assim, é considerado cânone. Um escritor único, inovador. Existem razões específicas para isso ocorra.

Bem sabemos qual é o perfil do escritor de um clássico literário que historicamente são, em sua maioria, homens brancos de classe média que residem em São Paulo ou Rio de Janeiro. O quadro não se modifica mesmo nas produções mais recentes, como apontam os dados do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira contemporânea da Universidade de Brasília, sendo que a pesquisa abrange as obras produzidas entre 1965 e 2014. Por isso, não é de todo inesperado que determinados autores ganhem destaque enquanto outros sofrem apagamento, como foi o caso de Maria Firmina dos Reis, nossa primeira escritora abolicionista brasileira, figura fundamental para compreender o romantismo, e que além de mulher, era negra. Ou que tenham sua identidade étnica apagada, como é o caso de Machado de Assis, nosso maior nome

da literatura brasileira, alvo várias tentativas de embranquecimento, especialmente nos livros didáticos.

Assim sendo, é indispensável pensar sobre as razões que levaram a isso e porque elas são responsáveis pela imagem e visibilidade que foram construídas a respeito de Carolina Maria de Jesus até o panorama atual, impossibilitando, muitas vezes, caminhos analíticos que poderiam ser seguidos caso ela fosse olhada de outra forma. Sobre essa questão, Luana Barossi, afirma que

uma alegação por parte de intelectuais dos estudos literários é que as possíveis produções literárias de sujeitos subalternizados ou de baixa escolaridade não conteriam o que é necessário para serem consideradas grandes obras, por não terem um cuidado com a forma, serem desprovidas de uma poética, de uma literariedade e se restringirem ao que é planfetiário. Essas rasas considerações nada têm de inócuas, pois perpetuam as estruturas de poder hegemônico no campo dos estudos literários e esperam que a poética seja filiada de uma única tradição.

(BAROSSO, 2017, p. 31)

Considerando que há outras possibilidades de pesquisa e que elas, felizmente, têm avançado consideravelmente nos últimos anos, o objetivo aqui é oferecer mais uma direção. Por meio de elementos que Carolina Maria de Jesus fornece em sua última obra publicada, *Diário de Bitita*, será realizada uma análise que auxiliará na construção de uma reflexão sobre os motivos que levaram a invisibilização das produções da escritora de modo que, por meio dela também seja possível discorrer sobre tudo que ela foi capaz de transmitir para os seus leitores. Para esse propósito é necessário, antes, localizar a estética da escritora no campo literário.

Uma vez que há o entendimento de que Carolina Maria de Jesus não é localizada totalmente no que se compreende por Literatura Brasileira por boa parte dos críticos literários nota-se, por outro lado, que existe uma tentativa de encaixá-la em outra classificação. Geralmente suas obras são rotuladas como literatura marginal, assim ocorre com as produções de outros autores negros, como Conceição Evaristo, Paulo Lins e Tula Pilar. Muitas vezes sendo definida como:

texto e obras que abordam o universo da criminalidade, o submundo das drogas e da miséria urbana, cujos autores são oriundos ou representam as periferias podem ser contemplados no interior desse critério de marginalidade literária.

(SOARES, 2008, p.85)

Atrelado a isso, temos as variadas definições encontradas nos dicionários Aurélio, Dicionário Online de Português e Infopédia, em que “marginal” é aquele que está localizado à margem, que não se enquadra nas normas estabelecidas, nem faz parte/integra um grupo/sociedade ou ainda, no sentido figurativo, o que é irrelevante, insignificante, secundário. Logo, ainda que essas produções sejam reconhecidas como literárias, carregando essa definição, possivelmente sofrerão um julgamento prévio e serão sempre relacionadas a um tipo de não pertencimento. Ou seja, são parte da literatura brasileira, mas não totalmente porque há ressalvas quanto a elas. Posto que as definições linguísticas também operam como um grande poder de legitimação social.

Mas por qual razão as obras de autores que partem de lugares específicos da sociedade são classificadas, na maioria das vezes como literatura marginal? Possivelmente porque existe um empenho, mesmo que inconsciente, por conta de uma estrutura social que carrega muitas contradições em sua construção e que segue se perpetuando socialmente, de integrar esses escritores a literatura brasileira desde que eles não estejam em pé de igualdade, inclusive de fato, com outros que são o referencial do que é considerado a literatura legítima pela crítica literária. Visto que ela é um referencial importante de produção de conhecimento de uma sociedade e aqueles que são coroados com a classificação de cânone, se tornam o padrão do que se deve acreditar e basear. Mas os próprios escritores também seguem um perfil: são aqueles que, historicamente, pertencem a uma classe, sexo e raça específicos. Por isso é interessante conjecturar que as produções de Carolina poderiam se enquadrar em outros tipos de classificações literárias, se não fossem os lugares que já estavam determinados para ela no campo literário por não atender as características já apontadas.

Ora, mas não é a corrente realista, em seu sentido mais amplo, que considera realistas as produções literárias que conseguem captar a História em curso? Hermenegildo Bastos (2006) em seu texto Formação e Representação discute sobre as formas de representação na literatura brasileira que, especialmente no início da construção de seu sistema literário, se baseava em

modelos estrangeiros, o que muitas vezes tinha como consequência a deformação desse sistema. Porém o mesmo disserta que esse processo teve fundamentos para ocorrer pois tem semelhança com a processo de formação do Brasil. Logo, temos uma série de escritores e críticos literários que se baseavam/baseiam em formas estrangeiras, especialmente europeias, para fazer a construção/análise de uma obra brasileira. Em Diário de Bitita, Carolina fala desse costume: “É mania do brasileiro, tem o remédio no país, mas preferem importar da Europa.” (JESUS, 2014, p. 30).

Bastos traz como exemplo o escritor José de Alencar que para compor “Senhora” tendo o intuito de fazer do romance uma obra realista, se baseou no modelo de Balzac, trazendo uma história e personagens que fugiam do que seria um realismo no contexto do Brasil do século XIX, um país de terceiro mundo sob regime colonial, que em seu contexto histórico se diferenciava, e muito, do que acontecia no cenário político de países europeus que tinham como uma das questões sociais centrais “as condições da vida burguesa do indivíduo em crise e confronto com a sociedade”. (BASTOS, 2006, p.93).

Entretanto, o crítico defende que a formação da literatura brasileira não é somente composta por uma simples repetição da europeia, como exemplo disso, disserta sobre as produções de Machado de Assis que, ao falar através da perspectiva da classe alta, foi capaz de captar a História em curso, tornando realistas boa parte de suas produções literárias. Entretanto, há uma problemática envolvida nessa outra fase, que se inicia com Machado, no cenário literário. Uma vez que:

a formação do sistema literário brasileiro foi um elemento da descolonização. A imaginação literária brasileira se fez capaz de auto-referência, o que quer dizer que nos tornamos capazes de representar a nós mesmos. Só assim somos realistas? Mas o direito à representação que conquistamos, como dirá Schawrz em outro lugar (“Nacional por subtração”, 1989), é até certo ponto nacional, não uma conquista de classe. A dialética universal/local deu condição aos membros de uma minoria culta de participarem como cidadãos da civilização ocidental.

(BASTOS, 2006, p.98)

O que significa dizer que só uma determinada parcela da sociedade tinha a condição para realizar esse tipo de representação literária profundamente relacionada com a crítica social. Logo em seguida, o autor conclui que há outros processos entrelaçados a essa questão representativa, pois “a resposta não pode ser encontrada apenas na literatura, é preciso interpretar a História.” (BASTOS, 2006, p. 99). O que abre uma possibilidade, pois não são somente os integrantes dessa “minoridade culta” que são capazes e têm legitimidade de fazer essa leitura.

Apesar de Carolina Maria de Jesus não estruturar sua obra tal qual Machado de Assis, em que o intuito de apresentar o realismo nas produções dele consistia em falar a partir de uma perspectiva da classe alta, a escritora também consegue discorrer sobre as relações sociais brasileiras que, com o passado escravista que o país carrega, são indiscutivelmente raciais. Em *Diário de Bitita*, a escritora fala em nome de um grupo que é reprimido e silenciado socialmente por intermédio de uma série de mecanismos, tais como a negação da moradia, da educação, da saúde, entre outras coisas. O que no texto “Direito à Literatura” Antônio Cândido (1988) nomeia de bens incompreensíveis, incluindo também a literatura, mas somente no sentido de ter direito a leitura. Porém, Carolina vai além disso.

Sendo uma das poucas pessoas negras periféricas que tinham acesso às letras, ela também reivindica o direito de enunciação, que também se insere nos bens incompreensíveis, como defende Luana Barrossi (2017), pois isso tem um impacto direto em outros âmbitos da vida de quem escreve:

Ao trazer um questionamento à história oficial e construir a memória e criação poética como reescritas dessas histórias obliteradas, a noção de *escrevivência* age como instância ética, estética e poética, pois dá vazão à mudança de perspectiva por meio do processo criativo. O sujeito autoral que se inscreve no texto [...] amalgama-se na constituição de universos significativos e sistemas simbólicos alternativos, possibilitando novos olhares para os acontecimentos ou, ainda, a própria criação, no sentido ético, de novas maneiras de existir.

(BARROSSI, 2017, p. 34)

Mostrando, desse modo, que a enunciação tem um poder transformador na vida de quem escreve, pois, os resultados são amplos. Além disso, temos um caráter de denúncia em Diário de Bitita que torna possível que, por meio desse recurso e a partir do local de fala do qual Carolina Maria de Jesus parte, os acontecimentos importantes do início do século XX sejam refletidos, de modo que também abranja o que ocorre no Brasil de hoje e, também, as outras realidades próximas de países em que temos negros em diáspora vivendo em construções sociais semelhantes.

Ou seja, por meio de sua enunciação a escritora consegue falar da História em sentido amplo, ultrapassando até mesmo as barreiras temporais. Partindo, dessa vez, de um local diferente dos membros da minoria culta, através da perspectiva daqueles que integram a base da pirâmide social, trazendo uma dialética universal/local totalmente diferente da que se padronizou. Pois ao partir do ponto de vista da classe baixa, Carolina é capaz de captar a História em movimento, o que faz de seu livro, uma narrativa de cunho realista, feito que Machado não foi capaz de realizar na primeira fase de sua produção, fase em que partia igualmente da perspectiva do oprimido. Levando isso em conta, esse trabalho tem como um dos objetivos fundamentais falar sobre como Carolina Maria de Jesus capta a História em curso.

Juntamente com isso, apesar de não se enquadrar nos padrões, temos uma estrutura literária que se baseia nos modelos que eram previamente estabelecidos, uma vez que Carolina fundamentava sua escrita de acordo com as obras que lia, mas não os segue à risca por fatores como a escolaridade da escritora, a maneira como acessava a literatura e, como já dito, o local de onde partia sua fala nas narrativas. Considerando também que a escritora criou um estilo próprio de escrita, como veremos mais adiante.

Sobre esquemas de análise previamente estabelecidos, Bastos declara:

A literatura, que é de conhecimento e interpretação do Brasil, se por um lado é mimese da forma social que lhe precede, entretanto não se plasma como forma literária senão a partir da intuição e imaginação do escritor. E o resultado disso, via de regra, está em desacordo com os esquemas de análise do marxismo oficial, desestabilizando-os e exigem independência de análise. Interpretar a obra literária, que por sua vez já é uma interpretação do Brasil, exige um olhar dialético que escape aos esquemas oficiais e abstratos.

(BASTOS, 2006, p 97, grifo meu)

Logo, justamente por ser uma estrutura literária diferente do que era historicamente seguido, é necessário analisar a obra da escritora por intermédio de outra lente. De maneira que seja possível interpretar *Diário de Bitita* tomando como base outra classificação literária que, assim como sua obra, é frequentemente colocada em segundo plano no campo na crítica literária: a literatura afro-brasileira ou literatura negra. Cuti defende a importância da classificação, pois quando a discussão que se constrói envolve relações inter-raciais, o lugar de partida da enunciação do escritor negro e do branco são diferentes porque essas produções têm vieses que se diferem por conta da subjetividade que as sustenta, uma vez que

os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira. [...] O sujeito étnico negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal da memória do escritor negro. E a memória nos oferece não apenas cenas do passado, mas formas de pensar e sentir além das experiências emocionais.

(CUTI, 2010, p. 87, 89)

Tomando isso como base, o objetivo aqui é analisar *Diário de Bitita* como uma obra afro-brasileira realista que foi capaz de apresentar a história em curso de seu país no período em que ela se passa, início do século XX, a ponto de ir além disso, captando também o tempo presente. Para tal fim, a análise será realizada respeitando os elementos que constituem o que se compreende como literatura afro-brasileira. Eduardo de Assis Duarte (2008), elenca cinco elementos que juntos constituem o que seria uma construção literária afro-brasileira.

O primeiro elemento a se considerar é a temática, na qual o negro tem que ser necessariamente o tema principal. Em *Diário de Bitita*, temos como personagem central uma mulher negra em um contexto que envolve diretamente as discussões sobre relações raciais. O segundo aspecto é a autoria, ou seja, o escritor da produção literária afro-brasileira tem que ser negro, que é o caso de Carolina Maria de Jesus. Integrado ao segundo elemento temos o terceiro, que trata do ponto de vista. Nesse caso, “não basta ser afrodescendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessária a assunção de uma perspectiva e, mesmo, de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo a toda problemática inerente a esse importante

segmento da população. ” (DUARTE, 2008, p. 12). Questão que é muito forte ao longo de todo Diário de Bitita, como veremos adiante.

Como elementos finais temos a linguagem e a formação de um público leitor afrodescendente. A linguagem está fortemente presente por conta de onde parte a escrita de Carolina, que é influenciada por fatores que envolvem não somente o pouco acesso que teve a escolaridade, mas também as influências positivas que recebeu de seu avô e Manuel Nogueira, transmitidas através da linguagem oral, fugindo totalmente dos padrões canônicos. Se enquadrando, portanto, nesse elemento que pede “uma discursividade específica, marcada pela expressão de ritmos e significados novos e, mesmo, de um vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas da África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil. ” (DUARTE, 2008, p. 12). E o último elemento é importante porque a formação de um público negro leitor “é um fator de intencionalidade próprio a essa literatura, e, portanto, ausente do projeto que nortearia a literatura brasileira em geral. ” (DUARTE, 2008, p. 12). Ao ser uma leitora negra de Carolina Maria de Jesus e outros escritores negros, me integro nessa categoria. Entretanto, para Duarte (2008), a obra só tem caráter afro-brasileiro somente se todos esses elementos estiverem presentes, uma vez que é a união e a interrelação entre todos eles que representa o que é a literatura afro-brasileira.

2. Vida x ficção

Diário de Bitita é uma narrativa autobiográfica em que a escritora tem o complexo trabalho de unir aspectos da sua vida pessoal a outros que envolvem o coletivo. A sua trajetória, mas também a de sua comunidade e, de certo modo, de toda sociedade brasileira que se desenhava no início do século passado com todas as implicações históricas que imperavam, como a abolição da escravatura e Era Vargas, no Brasil, e a Primeira Guerra Mundial, em contexto global. E para isso, seria necessário construir uma estrutura literária diferente da que temos em Quarto de Despejo ou Diário de Anne Frank, por exemplo. Feito que se tornou possível através do uso da ficcionalização de acontecimentos reais para descrever e rememorar de maneira mais satisfatória todos acontecimentos de sua vida. Diário de Bitita é o resultado de tudo que a escritora Carolina Maria de Jesus queria refletir enquanto pessoa e, principalmente, enquanto escritora.

Um dos aspectos mais pertinentes em relação a isso são as classificações atribuídas a estrutura literária da obra. Pois, por mais que carregue no título “diário”, o livro não segue necessariamente o padrão de um diário tradicional. Há uma intencionalidade na construção de cada frase que mais se aproxima do que se classifica como autobiografia. Germana Henriques Pereira de Sousa (2011) discorre sobre as diferenças entre o diário e a autobiografia. Afirma que a publicação de gêneros pessoais, como o diário, geralmente tem uma inclinação que vai de encontro ao “recolhimento, a uma atmosfera tranquilizadora de uma esfera privada” (SOUSA, 2011, p. 95), sem inicialmente ter como objetivo a publicação do texto. Já a autobiografia visa a publicação desde a sua construção e, por isso, já tem um caráter público, é uma obra que é feita para ser lida por outros.

Carolina Maria de Jesus traz um pouco de cada um desses gêneros em Diário de Bitita. Em razão disso, que pode-se afirmar que escritora ousa e inova porque consegue, em certo nível, trazer a união desses dois gêneros: do diário e da autobiografia. Porém não de uma maneira proporcional, pois o gênero que impera é o autobiográfico porque, com essa estruturação, Carolina visa ficcionalizar sua própria vida, trazendo um jogo entre realidade e ficção. É por isso que a narrativa tem um tom que é próximo do que seria um diário.

Tomando essa discussão como base, na análise que será realizada, todas as pessoas, inclusive Carolina, serão consideradas personagens uma vez que existe essa linha tênue entre ficção e realidade não tornando possível distinguir totalmente o limite entre as duas coisas. Pois essa questão só poderia ser respondida precisamente pela própria escritora. Considerando isso, será respeitado o plano ficcional. Temos, então, a Carolina Maria de Jesus autora e a Carolina Maria de Jesus personagem.

Por meio dessa questão, é possível fazer várias suposições a respeito de qual era o objetivo central da escritora ao criar uma narrativa autobiográfica em que reconta sua trajetória antes da vida que construiu na favela do Canindé. Segundo Sousa (2011),

Carolina queria, na verdade, ser dona de sua história e de seu sucesso e recusar, por meio disso, ter sido um objeto nas mãos dos editores. Longe de se identificar com o jogo do mercado, que entra em ação por trás de todo lançamento, da esfera cultural, Carolina queria confirmar sua independência: “não quero ser teleguiada”, dizia. [...] Portanto, essa leitura retrospectiva que faz de si mesma é o seu modo de compreender

a trajetória que a levou de Sacramento à favela do Canindé e depois para a sua fama, e desta de volta para o silêncio.

(SOUSA, 2011, p.89)

É a representação e afirmação de toda grandiosidade que Carolina Maria de Jesus tinha enquanto escritora. Simboliza a potência que a mesma possuía. Tem uma estética que é só sua, única, em meio a todo cenário literário. Como defende Sousa (2011), “a linguagem fraturada de Carolina deve ser entendida pelo o que de fato é: a tentativa de uma pessoa das camadas subalternas de dominar os códigos da cidade letrada. ” (SOUSA, 2011, p. 97). Podemos complementar e compreender melhor esse argumento através de Frantz Fanon (2008) e de Bell Hooks (2013) quando ambos tratam diretamente da importância da linguagem para um indivíduo que é oprimido pela estrutura social.

Fanon afirma que tomar a posição da enunciação é “estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal língua, mas sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. ” (FANON, 2008, p. 33). Ou seja, ao produzir *Diário de Bitita* com intuito que a narrativa fosse publicada e lida, Carolina Maria de Jesus estava refletindo também tudo o que era, especialmente em relação às suas raízes, que estão presentes em cada palavra empregada por ela. Englobando, então, uma questão muito mais ampla, considerando que “historicamente é preciso compreender que o negro quer falar [...] porque é a chave suscetível de abrir portas que [...] ainda lhes eram interditadas. ” (FANON, 2008, p. 50). Caracteriza-se como um dos “meios de provar a eles próprios que se ajustam à cultura dominante. ” (FANON, 2008, p. 50).

Porém, é preciso compreender que esse ajuste não se configura como um modo de dominação, muito pelo contrário, significa dizer que, como aponta Bell Hooks (2013), a língua do opressor tem que “ser adquirida, tomada, reclamada como espaço de resistência. Por isso que Carolina Maria de Jesus “ia buscar no passado a forma e a linguagem poéticas para narrar sua “infiltração” na literatura” (SOUSA, 2011, p. 103) tomando como base escritores arcadistas e românticos. Isso é se apropriar da língua do dominador e fazer dela a base para realizar um resgate de si mesmo, como defende Bell Hooks:

Reconhecer que através da língua nós tocamos uns nos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de nos fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é marca de inferioridade; pois, dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes que a língua. Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade.

(HOOKS, 2013, p. 233)

Para então, através do uso dessa linguagem e escrita, alcançar um processo de libertação:

Incapazes de criar esse espaço [...], criamos uma forma vernácula fragmentária, despedaçada, sem regras. Quando preciso dizer que palavras não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo do vernáculo negro. [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua.

(HOOKS, 2013, p. 233)

O que mostra que ressignificar a língua do dominador é um processo universal para pessoas negras que vivem em diáspora se apropriarem de sua liberdade nesse âmbito linguístico. Somente tomando como base os discursos de Frantz Fanon, Bell Hooks e Carolina Maria de Jesus, vemos que isso vem ocorrendo continuamente em países como França, nos Estados Unidos e Brasil. Certamente abrange outras sociedades que têm a linguagem como uma das bases de exercer seu poder sobre determinadas minorias sociais.

3. Estrutura do livro

Diário de Bitita é dividido estruturalmente em 22 capítulos. Essa distribuição foi realizada de forma estratégica, pois cada um dos capítulos é composto por temas específicos que Carolina Maria de Jesus vai nos apresentando ao longo da obra, tais como episódios marcantes de sua infância, a personalidade dos membros de sua família, a maneira como se

desenrolaram as suas vivências na cidade e, posteriormente, no campo, etc. Ainda assim, há mais uma divisão da obra a ser considerada: a temporal. A escritora faz isso apresentando duas Carolinas: a Bitita, na infância, e a Carolina Maria de Jesus, na juventude.

3.1 Bitita

Na primeira metade do livro, a autora relata todos os acontecimentos na perspectiva de uma criança que reside a maior parte do tempo na cidade Sacramento em Minas Gerais e, dependendo do capítulo, tem entre 4 e 6 anos: “Fiquei preocupada pensando: ‘O que será quatro anos? Será doença? Será doce? ’. ” (JESUS, 2014, p. 15). Entretanto, na segunda metade da obra, não fica explícita a idade que a personagem tem especificamente, porém é possível constatar que é mais velha, levando em conta os acontecimentos narrados: “Quando eu era pequena tinha saúde, e agora que estava mocinha é que fui adoecer. Ninguém me namorava, e o desprezo dos homens me mortificava. Deve ser bom beijar o rosto de um homem. ” (JESUS, 2014, p. 172).

Na parte que compõe a infância, há três aspectos que valem a pena destacar. São, respectivamente, a vontade da personagem se tornar homem, a série de indagações que tem acerca de tudo e o fato de se referirem a ela, quase sempre, como “Bitita”. Os três são reflexo de como ela enxergava o universo em que vivia.

O primeiro aspecto revela ao leitor que, mesmo não compreendendo as questões que a cercavam totalmente, para Bitita já era claro que os homens têm concessões e conseguem chegar a mais lugares que mulheres no meio social. Então, nessa fase de sua vida acreditava que para conseguir ascender e viver plenamente, a única solução seria se transformar, literalmente, em um homem.

Quero ter a força de um homem. O homem pode cortar uma árvore com um machado.
Quero ter a coragem que tem o homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras.
O homem que trabalha ganha mais dinheiro que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar.

(JESUS, 2014 p.97)

Além do mais, havia um incentivo de outras personagens que reforçava essa ideia de que ser homem era algo positivo. As pessoas de seu meio diziam coisas como “oh Bitita! Você é tão correta que deveria ter nascido homem. ” (JESUS, 2014, p. 35), ou porque as ações delas a faziam pensar isso:

Um dia, vi duas mulheres brigando por causa de um homem. Elas puxavam os cabelos e diziam: - Ele é meu, desgraçada! Cadela! Sem-vergonha! Se eu souber que você dormiu com ele, eu te mato!

Fiquei abismada. Será que homem é tão bom assim? Por que as mulheres brigam por eles? Então o homem é melhor que cocada, pé de moleque, batatas fritas com bife? Por que será que as mulheres querem casar-se?

(JESUS, 2014, p. 15)

Contudo, ao logo de seu desenvolvimento essa concepção se modifica. Compreende que é preciso mais que isso para que consiga as coisas que almeja, e que não basta somente ser homem. Para ascender facilmente, além do gênero, é necessário ter privilégios de classe e raça sobre outros grupos: “O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos que podiam dizer: ‘Sabe com quem você está falando?’, para mostrar a sua superioridade. ” (JESUS, 2014, p. 38).

O segundo aspecto caracteriza-se pelo grande número de perguntas da personagem central que se estendem por toda obra. Mas é especialmente na primeira parte que Carolina não consegue encontrar respostas para elas. Seja por causa da idade, pelo pequeno número de experiências vividas, pelo fato de ainda não ter aprendido a ler e, sobretudo, porque os adultos que conviviam com ela também não tiveram acesso a essas coisas e, na maioria das vezes, não tinham meios de chegar a essas respostas. “Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava ficando saturada com as minhas perguntas. ” (JESUS, 2014, p.63). O que significa dizer que a não resposta delas era reflexo da estrutura em que estava inserida. Porém, por outro lado, dependendo da natureza do questionamento, muitas vezes os personagens adultos, como a sua

mãe, tinham respostas para as suas indagações, mas optavam por não as responder por que esclarecer determinadas questões logo cedo para uma menina negra seria penoso demais.

Perguntei a minha mãe:

- O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?

Não respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.

Mamãe! Mamãe... fala-me do mundo. O que quer dizer mundo? Ela me deu dois tapas, saí correndo e chorando.

(JESUS, 2014, p. 28)

Consequentemente, o terceiro aspecto, que consiste no fato das pessoas próximas de Carolina se referirem a ela somente como Bitita, a ponto de fazê-la acreditar que esse era realmente o seu nome, só fica nítido para ela quando passa a frequentar a escola, que é o primeiro lugar em que ouve o pronunciarem completo pela primeira vez.

- A senhora está ficando mocinha, tem que aprender a ler e escrever, e não vai ter tempo disponível para mamar porque necessita preparar as lições. Eu gosto de ser obedecida. Está ouvindo-me, dona Carolina Maria de Jesus!

Fiquei furiosa e respondi com insolência:

- O meu nome é Bitita.

- O teu nome é Carolina Maria de Jesus.

Era a primeira vez que eu ouvia pronunciar o meu nome.

(JESUS, 2014, p. 127)

Isso em razão de haver toda uma carga semântica e simbólica envolvida, pois “Bitita” era o apelido carinhoso pelo qual sua mãe se referia a ela e se constitui como a ligação representativa que a escritora faz de sua infância. Estágio que também é manifesto na narrativa

por meio de recursos estéticos que a escritora emprega para explicitá-lo e exprimir sua inocência no campo temporal. O excesso de perguntas, são exemplo disso:

À noite eu olhava o céu. Mirava as estrelas e pensava: Será que as estrelas falam? Será que elas dançam aos sábados? Sábado hei de olhar para ver se as estrelas estão dançando. No céu deve ter estrela mulher e estrela homem. Será que as estrelas brigam por causa dos homens? Será que o céu é só onde eu estou vendo?

(JESUS, 2014, p. 16)

Ligando, dessa forma, o segundo aspecto ao terceiro uma vez que as perguntas realizadas na primeira fase da vida da personagem são uma simbologia importante para identificar a diferença entre a Bitita criança, e sua inocência, da Carolina adulta que, como veremos a seguir, constrói suas perguntas com um intuito completamente diferente.

3.2 Carolina Maria de Jesus

Dado que não existe uma marcação temporal específica na segunda metade do livro, o momento em que a personagem deixa de ser Bitita e passa a ser chamada frequentemente pelas pessoas de seu ciclo social de Carolina Maria de Jesus é o que simboliza a passagem da infância para juventude: “Perguntou o meu nome. Minha mãe respondeu-lhe com a voz trêmula, porque a presença de um branco a atemorizava. –Ela... chama-se Carolina Maria de Jesus. ” (JESUS, 2014, p. 136). Quando já está inserida completamente nas relações sociais nos âmbitos fora da família, a aceitação plena de seu nome e, conseqüentemente, de outra Carolina acontece:

A irmã convidou-me:

- Entre. Você é hóspede de São Vicente de Paulo. Ela tocou o sino.

Apareceram as irmãs. Ela apresentou-me.

- Esta jovem é nossa hóspede. O nome é...

- Carolina Maria de Jesus.

(JESUS, 2014, p. 152)

É o momento em que mudanças com maior intensidade acontecem na vida da personagem, como seu afastamento da mãe, que era alvo da maior parte de suas perguntas, pois Carolina já tinha idade suficiente para vender sua força de trabalho para ajudar nas despesas da família: “[...] viver dependendo do meu padrasto e da minha mãe era uma agonia para mim. Um dia, apareceu um preto procurando empregado para trabalhar na lavoura de café no estado de São Paulo. O senhor Romualdo aceitou. Reunimos oito pessoas porque íamos carpir café.” (JESUS, 2014, p. 140). E também quando ocorre sua mobilidade da cidade para o campo:

Eu ficava pensando: “Será que poderemos viver no mato? ”. Estava com medo de passar fome. “Isto aqui é muito triste. Não tem atração. ” [...] Que vida gostosa! Eu ficava deslumbrada com a fartura. Verduras e frutas, para mim aquilo tudo era a terra prometida de Moisés que eu tive a ventura de encontrar.

(JESUS, 2014, p. 132-133)

Essa fase se inicia a partir do capítulo “A Fazenda”. Com a união desses fatores, a perspectiva infantil e inocente que a personagem carregava desaparece, assim como ocorre com as perguntas direcionadas. O que não quer dizer que suas indagações não continuem. Só que a partir dessa parte da narrativa, a personagem passa a lidar com elas de outra maneira.

Agora Carolina chega as respostas para as suas perguntas mediante as experiências que vai adquirindo nos mais diversos meios sociais que passa a frequentar e através da leitura: “lendo eu ia adquirindo conhecimentos sólidos. ” (JESUS, 2014, p. 133). É a etapa da sua vida em que silencia nesse aspecto, pois chega a compreensão que as respostas também chegam de outras formas. Como sua mãe sabidamente já havia antecipado: “Se me fosse possível explicar tantas coisas! Mas o tempo também é um professor e te ensinará. Os que aprendem por si próprios aprendem melhor. ” (JESUS, 2014, p. 137).

Essa união das coisas que via e/ou vivia aliadas a bagagem que estava adquirindo através das leituras que fazia trazem outro tom na narração de Carolina. Não se tratam de meras

reflexões ocasionais. Grande parte de suas interpretações a respeito dos acontecimentos que elenca são carregados de um olhar crítico que vai se lapidando cada vez mais com o passar do tempo. Carolina Maria de Jesus sobre a Era Vargas:

“As explicações do senhor Manoel Nogueira não mais me entusiasmavam. Quando eu era menina, pensava que tudo que ele dizia iria realizar-se. Agora já estava compreendendo que entra governo, sai governo, o pobre continua sempre pobre. Os sonhos de melhores dias não eram para nós. ”

(JESUS, 2014, p. 159)

4. Plano espacial

Quanto ao plano espacial, há uma construção complexa, que envolve várias relações, que refletem o porquê do trânsito constante da personagem de um lugar para outro. Pois, desde o primeiro capítulo, a escritora expõe uma preocupação permanente dos personagens negros de encontrarem um lugar fixo para si:

Os pobres moravam num terreno da Câmara: “o Patrimônio. ” Não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água. Nós morávamos num terreno que o vovô comprou do mestre, um professor que tinha uma escola particular. O preço do terreno foi cinquenta mil-réis. O vovô dizia que não queria morrer e deixar os seus filhos ao relento.

(JESUS, 2014, p. 13)

Através das palavras, Carolina desenha o contexto de um Brasil pós-abolição em que o negro adquiriu o direito à liberdade, mas somente no âmbito institucional. Como aponta Bertúlio (1989), existem esforços, coletivos e individuais, para que ele não se integre de fato ao meio social. De acordo com a autora, teorias racistas formuladas pela Europa e América do Norte durante o período em que a população negra do continente africano foi colonizada,

serviam de base para que teóricos brasileiros do século XIX as internalizassem com o objetivo de provar a inferioridade do negro por meio de uma base científica e também literária.

Segundo Souza e Lima (2006), uma série de escritores perpetuou estereótipos sobre os negros através da representação que construíram deles em suas obras. A exemplo disso temos as seguintes produções:

1849 – Joaquim Manuel Macedo apresenta na peça O cego mito do *escravo fiel*.

1856 – Pinheiro Magalhães lança um folhetim com a temática do *escravo desprezível*.

1869 – Macedo escreve As vítimas-algozes, em que realça a imagem do *escravo demônio*

1875 – Bernardo Guimarães e o frágil mito do escravo nobre que, por isso mesmo, muda de tez: A escrava Isaura. Isaura, branca e excepcional X Rosa, *negra escrava vingativa*.

(SOUZA e LIMA, 2006, p. 52)

Não demorou muito para que as teorias, em especial, caíssem por terra e fossem reestruturadas em todos campos de estudos por conta dos confrontos raciais que ocorreram nos Estados Unidos e da resposta anticolonialista do continente africano, sendo comprovado, então, que não havia diferenças em nenhum nível entre negros e brancos. Ainda assim, isso não impediu que essas teorias fossem assimiladas de maneira total no Brasil. Bertúlio (1989) afirma que a finalidade dessas ações era dizimar os negros da formação nacional. Para isso,

a imigração europeia foi a grande saída. Por volta dos anos 30 deste século, entretanto, as elites e o Estado percebendo a realidade da composição racial do país, travestiram o discurso racista para levantar as bandeiras da “democracia racial” e do “embranquecimento” como soluções para a negritude. A realidade não mudou. Os censos oficiais têm apontado para a desigualdade significativa das condições de vida e trabalho entre a população nacional branca e negra. A população negra não tem acesso aos benefícios sociais para os quais contribui.

(BERTÚLIO, 1989, p. 5)

Então, vemos o retrato de uma sociedade que não está preocupada em reparar o negro pelos atos desumanos dos quais foi vítima, sempre o mantendo as margens, de maneira estratégica, a começar pelo âmbito espacial.

4.1 Casa coberta com sapé x casa coberta com telhas

A escritora nos mostra uma disparidade na estrutura habitacional quando focalizamos nas diferenças entre as moradias dos negros e dos brancos. Enquanto a casa dos primeiros era composta de sapé e capim, a casa dos segundos era constituída de telhas e tijolos:

A nossa casa já estava ficando com o capim podre. Que luta para a minha mãe arranjar vinte e cinco mil-réis para comprar um carro de capim e pagar um homem para colocá-lo no nosso ranchinho. O branco construía a sua casa definitivamente com telhas.

(JESUS, 2014, p. 95)

O que para Carolina representava um símbolo de conforto e ascensão. “O rancho do vovô era coberto com sapé. Quem era ele para comprar telhas! Telhas para nós eram abstratas, víamos telhas nas casas ricas.” (JESUS, 2014, p. 117).

Logo, havia uma oposição evidente entre a ocupação de espaços entre brancos e negros no Brasil pós-escravista, uma inegável segregação habitacional que se faz presente até os dias atuais, visto que a maior parte das pessoas brancas residem nos centros das cidades e as pessoas negras nas cidades satélites, periferias e/ou favelas. De acordo com Abdias do Nascimento, essa divisão é resultado do modo como o negro vem sendo tratado desde a abolição, sem o devido acolhimento que devia receber do estado, uma vez que:

os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta na discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta dessa aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo

vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que essa estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são *slogans* que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira.

(NASCIMENTO, 1978, p. 85)

Tendo isso em vista, nota-se que uma coisa leva a outra e a não integração constitui-se como um dos pilares para que a situação não se reverta de fato e persista a longo prazo. Pois esse é um projeto antigo e estruturado:

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem.

(NASCIMENTO, 1978, p. 65)

Carolina Maria de Jesus aprofunda ainda mais essa questão através de dois vieses, ora falando da conjuntura da cidade e ora do campo. Evidenciando, dessa vez, a disparidade que existia entre imigrantes europeus e negros. Como já apontado, na cidade os pobres viviam em casas de sapé e os ricos em casas de telhas. Além disso, com a imigração de pessoas brancas, como os italianos e libaneses, e o êxodo de pessoas negras do campo para cidade, que tinham como objetivo uma promessa de vida melhor que a exploração de sua mão de obra, somos apresentados a outra formação: “Os italianos, de colonos, foram transformando-se em fazendeiros, compraram áreas nas grandes cidades. [...]no alto das casas, moravam os donos. Nos porões, moravam os pretos.” (JESUS, 2014, p. 45). Ou seja, embora ambos residissem no mesmo local, a desigualdade espacial predominava, chegando, literalmente, a um tratamento animalizado do negro. Evidenciando que mesmo os imigrantes que chegaram depois, viviam em condições melhores que as pessoas negras abolidas.

Como aponta Lélia González (1979), essa estruturação espacial era um modo de manter a dominação sobre esse grupo, por meio de um condicionamento psicológico:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os mais belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões.

(Gonzáles, 1979)

4.2 Violência policial

Paralelo ao plano espacial, a autora consegue desenvolver muito bem o modo como se desenhava a repressão policial no contexto social daquele período. Além dessa disparidade habitacional entre brancos e negros, haviam espaços que pessoas negras não podiam ao menos circular sem serem interpretadas como potenciais suspeitas. Uma perspectiva a respeito do negro já naturalizada pelo branco.

Os brancos, que eram donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala.

A minha avó Maria Abadia dizia:

- Os brancos de agora já estão ficando melhor para os pretos. Agora, eles atiram para amedronta-los, antigamente atiravam para mata-los.

E os pretos sorriam dizendo.

- O Benedito virou lebre, quando viu os policiais.

Quando os pretos falavam: - Nós agora estamos em liberdade. – Eu pensava: “Mas que liberdade é essa se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?”

(JESUS, 2014, p. 59)

Nem durante os finais de semana, dias em que em que pessoas negras podiam circular livremente pelas ruas, havia paz: “Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova absoluta de autoridade. Os pretos ficavam apavorados. ” (JESUS, 2014, p. 92). E para Carolina, a cor da polícia e de quem era preso já estavam bem definida, questão influenciava totalmente os desfechos desses episódios. Voltando mais uma vez à lógica do dominador e dominado, apontada anteriormente por Lélia González: “O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? ” (JESUS, 2014, p. 116).

O ápice disso é quando Carolina vai presa injustamente com Cota, a sua mãe. Episódio cruel em que ambas são torturadas na prisão:

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas sem comer. [...] O braço da minha mãe doía. Ela chorava.

(JESUS, 2014, p. 182)

A violência policial presente em Diário de Bitita é a representação de uma conjuntura que ainda não mudou. No contexto atual, negros ainda são julgados e presos injustamente, somente por estarem circulando por qualquer espaço que seja, ou mortos. Como ocorreu com

Rafael Braga, condenado inicialmente a cumprir pena em regime fechado unicamente por portar pinho sol quando estava voltando para casa no momento que atravessava as manifestações de 2013 e com Edvaldo Rosa, músico que foi morto com 80 tiros quando estava a caminho de um chá de bebê com a família. Em consequência das ações perpetuadas pelo grupo dominador, o dominado sofre um intenso processo de desumanização, estando mais próximo da animalização de seus corpos: “Que dó que eu sentia daqueles jovens pobres. Não podiam ficar na cidade porque a polícia perseguia-os. Os homens pobres olhavam os policiais como os gatos olham os cães.” (JESUS, 2014, p. 180).

4.3 Empregada doméstica

Se tratando diretamente da personagem Carolina, o processo de coisificação e animalização se torna mais manifesto quando ela parte para morar no campo. Primeiramente, trabalhando durante seis meses para Maria Cândida sem receber nada em troca e, logo em seguida, quando sofre praticamente o mesmo tipo de tratamento na fazenda que morava com a família, onde plantaram e produziram nas terras durante quatro anos para depois serem expulsos sem direito a nada. A exploração de sua força de trabalho se intensificou anos depois, quando trabalhou nas lavouras de café do fazendeiro Oliveira Dias. “Dormimos no solo como animais, porque os nossos cacos estavam na estação.” (JESUS, 2014, p. 140). Porém, tinha consciência da exploração que sofria:

Serviço tínhamos demais até, comida pouquíssima. No fim do ano, ele fazia um baile numa casa que eles diziam ser a fazenda velha. Comprava chope. Dava roupas velhas para os colonos. Até escovas de dente usadas. Eu ficava olhando e pensando: isso é injustiça!

(JESUS, 2014, p. 141)

Além da mão de obra explorada, Carolina Maria de Jesus disserta sobre a distribuição desigual de terras que era consolidada por conta da imigração de estrangeiros brancos, como os italianos, e também por meio da manipulação do discurso. Sendo que, para ela, o correto seria

distribuir essas terras também para as pessoas que já residiam no país e que, além de precisarem de um lar, tinham interesse em plantar.

O capítulo “Retorno à cidade” traz muitas passagens que fazem reflexões sobre as razões que levaram a um impedimento estratégico da realização de uma reforma agrária para uma distribuição justa de terras. “O país que tem mais terras no globo é o Brasil; portanto, o nosso povo já deveria estar ajustado.” (JESUS, 2014, p. 142). Mas em um contexto tão próximo ao de seus ancestrais escravizados, não era possível fazer muito a respeito da exploração de sofria além de partir em busca de um emprego melhor em um lugar que, aparentemente, tivesse mais oportunidades além das mesmas de sempre que as fazendas ofereciam. É então que Carolina se insere no universo das domésticas.

Se o trabalho no campo se aproxima da experiência da escravatura, nos centros urbanos, o doméstico, exercido na maior parte das vezes pela mulher negra, se configura como uma nova roupagem do que ocorria dentro das casas grandes. E, atualmente, mesmo com os direitos das domésticas, uma conquista muito recente a partir da aprovação da lei complementar nº 150, a PEC das domésticas, em 2015, é evidente que a situação da empregada pouco mudou e, lamentavelmente, muito se aproxima das experiências narradas pela escritora. Foi igualmente nesses espaços que o processo de exploração sexual da mulher negra teve continuidade.

4.3.1 Hipersexualização da mulher negra

A escritora narra que além do controle que o patrão e toda sua família tinham sobre a sua empregada, isso também se estendia para o resto de sua família:

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram de além-mar.

No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato ou pardo. E o povo ficava atribuindo paternidade: - Deve ser filho de Fulano! Deve ser filho de Sicrano. Mas a

mãe, negra, inciente e sem cultura não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X, ou Y. Porque a mãe iria perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar.

(JESUS, 2014, p. 38)

Foi por meio desse processo violento que o branqueamento se instaurou. Uma vez que a relação da mulher branca com o homem negro era totalmente diferente da que existia entre o homem branco e a mulher negra: “Quando a Jerônima, filha de siá Dona, casou-se com Jovin, eu fui ver o casamento. A Jerônima era loira, os cabelos claros. O Jovino era mulato. Eu olhava o rosto do Jovino. Um rosto de homem sério, que ia saber respeitar aquele compromisso. ” (JESUS, 2014, p. 80).

A relação entre os dois últimos se resumia a exploração sexual: “E o filho do senhor Oliveira, depois de farto da sedução de mocinhas pobres, decidia casar-se com a filha do senhor Moreira [...] Ele namorava-a com todo respeito. ” (JESUS, 2014, p. 39). Pois, como aponta González (1983), a vida sexual dos jovens homens brancos tinha “iniciação e prática com as crioulas. ” Mas respeitavam, assumiam e se uniam matrimonialmente “com a pura, frágil e inocente virgem branca. ”. Ou seja, com a mulher branca, que assim como eles era, na maioria das vezes, uma integrante da classe média brasileira. Esse panorama fazia com que a menina/mulher negra tivesse que lidar com as consequências da violação de seu corpo com total desamparo em função das relações de poder que estavam estabelecidas. Apesar de ser algo recorrente, a personagem central somente narra essas situações, não fica claro para o leitor se Carolina também foi vítima delas.

4.3.2 Exploração da força de trabalho e racismo

Carolina trabalhou como doméstica em vários lugares, para os mais diversos tipos de pessoas sendo enganada e acusada injustamente nesses empregos. Um dos patrões foi

Benjamin, imigrante sírio que, embora fosse analfabeto, tinha condições financeiras boas o suficiente para ter uma empregada. Uma vez que não era preciso possuir muito dinheiro para isso, considerando que a exploração era algo naturalizado. Geralmente os patrões pagavam pouco, menos que o combinado, como foi o caso de quando Benjamin empregou Carolina. Ela também trabalhou para o farmacêutico Manoel Magalhães, que permitia que ela frequentasse somente espaços, na sua casa, em que não pudesse ser vista: “Eu não conhecia a casa. Ficava só na cozinha e no quintal” (JESUS, 2014, p.145).

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), Lélia González discorre sobre de que modo se chegou a esse estágio de exploração, que ainda continua se propagando mesmo depois da abolição da escravatura. Visto que a empregada doméstica seria, no fim das contas, uma nova versão da mucama nos contextos pós-abolição:

Pelo visto, respondendo à pergunta que a gente fez mais atrás, parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele. [...] Acontece que a “mucama permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido: se a gente articular a divisão racial e sexual do trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?

(GONZÁLES, 1979)

A personagem sofreu uma acusação de roubo nesse emprego e passou por outra ocasião, de natureza parecida, em que era vista previamente como uma ameaça, que também foi marcante. Na primeira ocasião, o dinheiro estava na carteira de cigarros do padre:

Eu só ouvia a palavra: “Sumiu! Sumiu! Deve ter sido ela. ” Eu estava estendendo as roupas quando vi chegarem dois soldados.

- Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.

Assustei:

- O que houve?

- Ainda pergunta cara de pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo.

[...] Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso.

Quando o soldado ia me bater, o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão.

A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de um animal.

(JESUS, 2014, p. 145)

Na segunda, que é narrada no capítulo “O cofre”, Carolina ajudou seu patrão a descobrir o segredo do cofre e logo em seguida foi demitida por saber:

Ele perguntou-me:

- A senhora viu o cofre?

- Vi, sim senhor!

- O senhor Josias de Almeida disse-me que a senhora é muito inteligente.

[...] O senhor Emílio prosseguiu:

- A senhora pode escrever o que foi que ouviu?

Fiquei vaidosa.

- Oh, posso sim!

Ele pegou um papel e deu-me. Escrevi: “Roda três vezes, zero. Roda quatro vezes, dois.”

Fui escrevendo o que ouvi e entreguei-lhe. Ele foi correndo abrir o cofre. Abriu. Foi procurar-me na cozinha.

- Dona Carolina, a senhora pode ir embora. Vá arrumar as suas roupas e pode sair.

Fiquei apavorada, porque estava chovendo. Eu não podia perguntar-lhe por que é que estava me expulsando de sua casa, se eu lhe prestara um grande favor auxiliando-o a abrir o cofre.

(JESUS, 2014, p.186)

Em ambos os casos, foi acusada injustamente, vista como alguém não confiável, indo mais uma vez para o lugar da animalização do negro, que não tem nem o direito de receber um pedido de desculpas ou explicações sobre a demissão repentina. Posto que, para esses personagens, que são exemplo de como os indivíduos de uma sociedade racista age, pessoas negras, apesar de estarem libertas, ainda não atingiram o status de humanos.

4.4 Não lugar

Com o surgimento da doença nas pernas, esse lugar de alguém que não tinha direito a humanização se perpetuou ainda mais. É o momento da obra em que a personagem mais peregrina de um lugar para outro, raramente ficando por muito tempo em algum espaço, o que leva à questão do não lugar. Apesar de nascer uma negra liberta, por mais que buscasse ser dona de seu próprio destino, tivesse escolaridade e trabalhasse, a estrutura social mostra a ela, a todo o momento, que não existe um espaço na sociedade brasileira para pessoas com o seu perfil.

Não era acolhida pelo estado, nem por conhecidos e menos ainda por familiares, com exceção da mãe. “Fiquei andando até encontrar um jardim. Sentei e fiquei contemplando as nuvens, pensando na casa de mamãe tão distante. Lá eu não era feliz, o meu irmão me xingava. (JESUS, 2014, p.169). Quando começou sua peregrinação em busca de cura, chegou a dormir no galinheiro de uma conhecida, Maria Leonaldo: “A dona Maria. Disse-me que o único lugar disponível para eu dormir era no galinheiro. Para quem já havia dormido nas estradas, qualquer coisa servia. ” (JESUS, 2014, p. 152). E no também asilo, em que tinha uma cama confortável para descansar, porém era a única hóspede que tinha que trabalhar, mesmo estando doente:

As irmãs disseram que eu deveria lavar as roupas dos asilados. Eu lavava as roupas das trinta pessoas que estavam asiladas. As pernas não saravam. Cansei daquela vida, pedi à irmã Augusta que queria voltar para a minha terra. Não tinha um tratamento adequado. [...] Eu não podia ir ao hospital, porque devia lavar roupa. Para ir ao hospital precisava permanecer na fila para receber as fichas. Os asilados não deveriam

trabalhar. Mas as irmãs não arranjavam lavadeiras. Elas tinham nojo de lavar as roupas dos asilados.

(JESUS, 2014, p. 153)

Foi igualmente maltratada por tia Ana que, além disso, não assumia seu parentesco com ela. Pois, como veremos mais adiante, Ana não gostava de ser associada aos seus parentes que tinham a pele mais retinta.

Ao lado de tia Ana estava sentada uma senhora que ultrapassava os cinquenta anos. Olhou-me e perguntou para a minha tia:

- Quem é ela?

A minha tia observou-me minuciosamente e disse:

- É uma mendiga que de vez em quando vem à minha casa pedir esmola.

(JESUS, 2014, p.165)

Carolina compreendia que estava sofrendo um processo de rejeição por parte de quase todas as pessoas que integraram seu ciclo social. O capítulo As Leis da Hospitalidade aborda vários episódios envolvendo essa pauta: “Não tinha casa nem emprego, não é nada agradável viver ao relento. E todo mundo tem destino.” (JESUS, 2014, p.168). A mesma narra as relações sociais de sua personagem em todos os âmbitos, do público – patrões – ao pessoal – parentes – para dar forma a negação de um espaço para que a personagem pudesse viver plenamente.

Desse modo, nota-se que o “não lugar” era um projeto que estava sendo construído com intuito de eliminar todos aqueles que não eram desejáveis para o Brasil pós-abolição que se desenhava no começo do século XX. Como aponta Abdias do Nascimento em Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de racismo mascarado (1978), sequer houve uma preocupação de “como e de que maneira o negro, cidadão recém-proclamado, participaria nos negócios da nação que ele fundara com o seu trabalho.” (NASCIMENTO, 1978, p. 67). Não ter um lugar é uma forma de extermínio, pois há um impedimento de que haja uma participação do negro na sociedade de maneira justa de modo que possa ele contribuir para tomada de decisões, colaborar com a construção do que se entende por cultura nacional, etc.

Além de si, sua mãe e seu grupo no geral, a escritora também se refere aos emigrantes nordestinos, outro grupo que, ao se deslocar para fugir da seca, igualmente não eram bem acolhidos socialmente:

O que me impressionava era ver os nordestinos com suas trouxas nas costas, com seu aspecto desnutrido, como se fossem habitantes de outros planetas, desumanos. Sujos e rotos. Alguns tocavam violas e cantavam:

“No estado do Ceará

Sete anos não choveu

Quem era rico emigrou

Quem era pobre morreu.”

Várias pessoas paravam para ouvi-los e davam dinheiro.

“Quem era rico emigrou.

Quem era pobre morreu.”

(JESUS, 2014, p. 101)

Em busca de melhores condições de vida, também não encontram um lugar e não conseguem ascender tão plenamente se comparados com os estrangeiros marcadamente brancos que estavam vindo de países europeus ou asiáticos residir no país. O que quer dizer que a consolidação da ascensão social estava, em grande parte das vezes, ligada a um grupo de estrangeiros que recebiam todos os recursos e acolhimentos que eram necessários para desenvolverem uma vida tranquila no Brasil: “Minha tia Claudimira trabalhava para os sírios que vinham como imigrantes para o Brasil. E aqui conseguiam até empregadas.” (JESUS, 2014, p.63).

Enquanto os grupos que se constituíam como minorias políticas, e que nasceram no país, se deparavam com uma realidade completamente oposta:

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E para os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando

conseguiram algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas.

(JESUS, 2014, p. 58)

Carolina chegar a pontuar diretamente essa diferença: “Por que será que o estrangeiro chega pobre aqui e fica rico? E nós, os naturais, aqui nascemos, aqui vivemos e morremos pobres?” (JESUS, 2014, p. 63).

Desse modo, pode-se depreender que os negros estavam presentes nos espaços, mas não necessariamente integrados a eles. Portanto, migrar não era um indicativo efetivo de possibilidade de ascensão quando o personagem era negro porque, como foi visto, outros mecanismos operavam para que ela não ocorresse de fato para esse grupo. Logo, assim como seus ancestrais escravizados, os negros do começo do século XX ainda estavam em busca de seu espaço.: “Hoje estavam aqui, amanhã ali, como se fossem folhas espalhadas ao vento. Eles tinham inveja das árvores que nasciam, cresciam e morriam no mesmo lugar.” (JESUS, 2014, p. 61).

5. Sobre os personagens

A partir do olhar observador e questionador primeiramente de Bitita e, posteriormente de Carolina Maria de Jesus, somos apresentados ao modo que se desenhava os integrantes da sociedade paulistana do início do século XX, mas que poderia ter os mesmos traços em diversos lugares do Brasil daquele período. Considerando que, como já foi apontado anteriormente, nessa obra Carolina Maria de Jesus consegue captar a História em movimento, a representação que a escritora faz de cada personagem consegue ultrapassar as barreiras espaciais e temporais, antecipando, inclusive, debates que somente estariam em voga décadas depois. Por isso, é necessário que atentemos para um ponto específico, que é fundamental para compreender boa parte da obra: o debate que a autora faz sobre as relações raciais a partir da construção dos personagens.

Ao longo de toda narrativa, a personagem, tanto na sua fase “Bitita” quanto na fase “Carolina Maria de Jesus”, utiliza marcadores raciais para falar absolutamente sobre todos os

episódios que apresenta de sua trajetória, justamente porque eles, inevitavelmente, a atravessam em todos esses momentos. Ao falar de si, da família, empregadores, vizinhos, escritores, entre outros, faz questão de explicitar a identidade étnica a qual cada personagem pertence. “Ouvi falar de santa Luzia que era protetora dos cegos. Supliquei-lhe para dar novos olhos aos três cegos da minha cidade. Eram o senhor Epifânio, o João cego, que era preto, e o senhor José cego.” (JESUS, 2014, p. 35).

Os marcadores raciais também são um recurso para que possamos compreender a profundidade de cada personagem negro, pois mesmo compartilhando da experiência violenta do racismo, cada um tem as suas particularidades bem marcadas, justamente pelo fato da escritora humaniza-los a casa palavra. Há um empenho em realizar um desenvolvimento complexo de cada um. Tendo isso em vista, somos apresentados a discussões de cunho de gênero, classe, tendo como eixo central a raça diretamente entrelaçada a essas pautas no desenvolvimento de suas individualidades.

5.1 Benedito José da Silva e a ancestralidade

Talvez o personagem mais célebre dessa narrativa, depois de Carolina Maria de Jesus e Cota, levando em conta que é a partir dele que a personagem central constrói muito do que é e vem a se tornar. Segundo Carolina, seu avô foi o preto mais bonito que já viu. No desenrolar da história é possível constatar que essa beleza não estava somente ligada ao físico, estendia-se também a outros campos de natureza mais abstrata. Benedito é o personagem que se constitui como referência do que deve ser seguido, não somente por Carolina, mas pela maioria das pessoas que conviviam com ele: “Quando vocês entrarem nas escolas, estudem com devoção e esforcem-se para aprender. E nós, os netos, recebíamos as palavras do vovô como se fossem um selo e um carinho.” (JESUS, 2014, p. 60).

Isso porque ele representa uma das ligações mais verdadeiras e puras que uma pessoa negra pode ter quando se diz respeito a ancestralidade, a volta às raízes e sobre a valorização dos mais velhos nas tradições africanas. O personagem tem um elo entre a África e a diáspora negra muito forte, pois era descendente direto das pessoas desse continente: “O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num vaio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos.” (JESUS, 2014, p. 117).

Mesmo não sabendo ler, ele é a referência de sabedoria da comunidade que faz parte. É aquele responsável por realizar as rezas, mostrando o valor da religiosidade: “O meu avô rezava o terço. Quem sabia rezar era tratado com deferência especial. Ele recebia convites para ir rezar nos locais distantes. ” (JESUS, 2014, p. 59). É também quem transmite os saberes por meio da tradição oral. Esse era o principal meio de transmitir sabedoria para as gerações mais novas, considerando que sua comunidade não tinha total acesso à leitura e escrita. Isso explica a razão dos personagens se referirem a ele como “Sócrates Africano”. Bendito era alguém que despertava profundo respeito de todos:

Quando o vovô silenciava ou adormecia, as crianças eram obrigadas a ir brincar longe de casa para não despertá-lo. Os grandes não falavam. As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando:

-Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano.

- O que será Sócrates africano?

Outros comentavam:

- Foi crime não educá-lo. Este homem seria o Homem! Poderiam criar uma lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si.

(JESUS, 2014, p. 122)

Isso mostra que as pessoas negras daquele período ainda cultivavam e preservavam as tradições de seus ancestrais e as transmitiam de gerações em gerações por meio da oralidade. Herança africana que sobreviveu aos inúmeros esforços que os colonizadores portugueses fizeram para dizimar qualquer resquício das culturas das pessoas negras que foram escravizadas e sequestradas, e após a abolição.

Outro aspecto interessante que envolve o personagem e a transmissão de saberes é a relação que ele tem com Manoel Nogueira, um personagem mais novo e letrado. Ao invés desses aspectos os afastarem, configura-se como um combustível para fortalecer a relação de companheirismo entre os dois personagens. Homens muito sábios, a referência de inteligência da comunidade que fazem parte, porém que partem de gerações e lugares sociais diferentes.

Ambos compartilham da melanina e também do desejo de transmitir os seus saberes para os seus iguais.

Mas havia o senhor Manoel Nogueira que encorajava os negros. Dizia:

- Senhor Benedito manda os seus filhos à escola. É bom saber ler. Vocês devem obedecer ao Rui Barbosa. Ele foi amigo de vocês. Como José do Patrocínio, como Castro Alves. Escreveu um livro pedindo clemência para vocês, que foram arrebatados de seu berço, que é a África.

O vovô chegava do trabalho, jantava e ia ouvir o senhor Manoel Nogueira ler os fatos que ocorriam no mundo. A Europa estava esfacelada com a guerra de 1914.

(JESUS, 2014, p. 47)

Uma das relações de maior potência na narrativa. O que há entre Benedito José da Silva e Manoel Nogueira é um elo ancestral que liga o mais velho com o mais novo, em contexto de África, e expressa para o leitor a importância dessa ligação, pois é através dela que também constituímos o que se entende por representatividade: “O vovô nos contava que os pretos que moravam nas cidades grandes já sabiam ler e tinham dinheiro até nos bancos. Ele não sabia ler, mas procurava saber se os negros já estavam subindo na esfera social. “Oh! ”, exclamávamos admirados. ” (JESUS, 2014, p. 83). Portanto, Benedito é a representação da ancestralidade presente nas culturas e tradições africanas, que estão sempre sendo transmitidas às gerações posteriores. É o mais velho de todos personagens negros.

5.2 Manoel Nogueira, tradição oral e colorismo

Assim como Benedito, Manoel é símbolo do poder da tradição oral em Diário de Bitita. Porém de outro modo. Nesse caso, os conhecimentos que transmite para os seus semelhantes, que não tiveram acesso ao ensino formal, são resultado da alfabetização:

Manuel Nogueira passava o dia com os brancos porque era oficial de Justiça. E ao entardecer ele sentava-se na porta de sua casa, e lia o jornal O Estado de S. Paulo para

nós ouvirmos trechos que foram ditos pelo Rui Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivarem. Mas esse projeto não foi aprovado na câmara.

(JESUS, 2014, p. 44)

Desse modo, Manoel Nogueira possibilitava que esses personagens acessassem conhecimentos que não chegariam a eles. Ação fundamental para que os personagens não letrados tomassem conhecimento do que estava acontecendo no país e com o seu povo, e que, conseqüentemente, pudessem reconhecer e reagir a determinadas situações de forma crítica nos ambientes sociais quando fosse preciso. Como é o caso da passagem em que Carolina denuncia Humbertinho, filho do juiz Doutor Brand, e faz com que ele e o pai deixem a cidade através de uma informação que conseguiu enquanto ouvia Manoel Nogueira ler: “Diziam que foram as palavras de Rui Barbosa, que mencionei, que fizeram o juiz retroceder. Que eu falava por intermédio de um espírito. É que eu ouvia o senhor Nogueira ler *O Estado de S. Paulo*. ” (JESUS, 2014, p.34).

Um aspecto importante a se considerar é a identidade étnica a qual Manoel Nogueira pertence, pois, justamente por ter um tom de pele mais claro, o mesmo conseguiu alcançar lugares que outras personagens negras com um tom de pele mais escuro ainda não tinham chegado. Uma das explicações desse contraste é a possibilidade que uma pessoa negra de pele mais clara tinha, e tem, na sociedade brasileira.

O senhor Manuel Nogueira dizia:

- Que injustiça. Mas eu não tenho forças para intervir. Eu estou no meio-termo da raça humana. O meu pai é branco. Minha mãe é preta. Necessito defender os irmãos de minha mãe. Eles têm o direito de viver e serem felizes, essas hostilidades por questão de cor é mediocridade. E primitivismo dos dominadores.

(JESUS, 2014, p.55)

A escritora desenvolve essa discussão sobre colorismo narrando todas as implicações que a envolve ao mesmo tempo em que se preocupa em humanizar o personagem. Ele tinha um alto grau de importância para protagonista: “Na cidade, o homem humano que estava no centro

era o senhor Manoel Nogueira. Era mulato. E o mulato é o meio-termo da sociedade. Convive com os brancos e com os pretos. E com o nome de Nogueira deveria ser filho de algum doutor de Coimbra. ” (JESUS, 2014, p. 43).

Portanto, as duas condições, ter uma pele negra mais clara e ser alfabetizado, resultam em quem o personagem é. Temos um homem negro letrado, que possivelmente conseguiu acesso à educação e melhores condições de trabalho por ter uma maior aceitação no ambiente em que pessoas como ele não costumavam frequentar. A partir dessas vivências o personagem repassa para a sua comunidade todo conhecimento e experiências que julgava significativos. Isso foi importante para a formação de várias personagens, especialmente para Carolina, que antes mesmo de ingressar a escola, reunia muitos conhecimentos como resultado do tempo que passava ouvindo o personagem.

5.3 João Candido Veloso e a ausência

É o pai de Carolina Maria de Jesus. Ao longo da obra, a personagem não traz muitas informações a respeito dele. Tudo é dito em somente uma página, fazendo contraste com o poder simbólico presente nisso. O pai que Carolina sempre quis conhecer, mas que nunca soube muito sobre. “Eu invejava a minha mãe por ter conhecido pai e mãe. Várias vezes pensei em interrogá-la para saber quem era o meu pai. Mas faltou-me coragem. Achei que era atrevimento da minha parte. ” (JESUS, 2014, p. 14). Fundamenta-se como reflexo de como geralmente é a construção familiar das pessoas negras que, na maioria das vezes, tem como figura gestora da família a mãe, que é solteira ou tem outro companheiro, e um pai não presente. Esse tipo de ausência que gera muito impacto em toda família.

A única coisa que a personagem revela a respeito da figura paterna é o pouco que ouviu a mãe dizer: “Um dia, ouvi da minha mãe que meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair. ” (JESUS, 2014, p. 14). Segundo Tom Farias, João Cândido Veloso era

natural de Araxá, filho de Joana Veloso. Veloso era um homem negro dado a cantorias e a fazer versos de improviso, espécie de “poeta boêmio”, como era apelidado, mas pouco afeito ao batente diário [...] o que não diminuía em nada a sua fama de um verdadeiro encantador de mulheres, por intermédio da viola ou da lábria.

(FARIAS, 2017, p.16)

Informações que Carolina obteve sem que precisasse perguntar diretamente sobre ele. Nesse momento, a personagem chega a uma conclusão importante, a “de que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo.” (JESUS, 2014, p. 14). E é desse modo que Carolina encerra sua discussão acerca do pai, não voltando mais nesse assunto. Para ela, na família, as pessoas mais importantes eram a sua mãe e o seu avô. O desejo de conhecer a figura paterna estava mais relacionado a desvendar mais de si e ganhar proximidade com uma vivência que nunca teve. Pois, através das descrições que a escritora faz do padrasto, nota-se que a Carolina não o reconhecia como figura paterna. Havia um distanciamento entre os dois.

5.4 Cota e a matriarcalidade da mulher negra

Personagem carregada de profundidade, pois ao mesmo tempo que tem suas particularidades muito marcadas, também carrega um poder representativo muito grande. Sua trajetória se assemelha com as vivências da mulher negra brasileira, que se perpetuam até os dias atuais. Elas sempre precisaram dar conta de administrar família e trabalho, ambos com dois vieses. Cuidar da sua família e a da casa para qual trabalha, lidar com o trabalho doméstico em casa e nesses outros lares. Além de exercer, da melhor forma que podiam, a maternidade. Ou seja, uma jornada tripla de trabalho. Porque só assim seria possível para Cota garantir o sustento de sua família.

A minha mãe era semilivre. Se uma mulher trabalhava para auxiliar o esposo, o povo falava:

- Credo. Onde é que já se viu uma mulher casada trabalhar! Ela deverá trabalhar somente no seu lar.

Mesmo com os disse-me-disse, minha mãe foi trabalhar.

(JESUS, 2014, p. 132)

Atrelado a isso, temos o fato de Cota sempre precisar cuidar de todas as demandas familiares sozinha. Já que, como aponta Tom Farias, ela nunca teve apoio de nenhum de seus companheiros:

O destino de Cota, pelo o que parece, era ter homens “malandros”. O primeiro, Osório Pereira, casou declaradamente com ela para fugir da “tutoria” e dos trabalhos impostos, sem salário e sem amor, pelo senhor Miguel Alvim. “Casei com uma negra só para fugir da tutela”, dizia ele que era mulato, com provável pai português, mas depois, diante da situação embaraçosa a que se achava, com a gravidez inesperada de Cota, abandonou a “esposa” com o filho pequeno e foi morar com uma mulher de idade bem avançada do que a dele, porém branca. Já o segundo, o João Cândido, um inventado boêmio, tido e havido como um “bom-vivant”, e que vivia, só na cantoria, até desaparecer no mundo, deixando igualmente mulher e filha para trás. Desgostosa de um e seduzida pelos encantos do outro, Cota sofreu toda a sorte de impropérios, pois em dois curtos espaços de tempos, passou a cuidar sozinha de suas crianças pequenas, e sem a ajuda de nenhum dos dois maridos arranjados.

(FARIAS, 2017, p. 21)

Por conta de todas essas demandas, a maternidade acaba sendo o aspecto mais prejudicado. Tendo que trabalhar fora, a opção acaba sendo deixar seus filhos aos cuidados de outras mulheres negras “Quando a minha mãe ia trabalhar, deixava-me aos cuidados de minha madrinha, a siá Maruca. ” (JESUS, 2014, p. 19). Ou, quando não havia essa possibilidade, sozinhos. Em algumas ocasiões era possível levar Carolina consigo para as casas que trabalhava: “Ela trabalhava nas casas familiares, e nas casas das meretrizes, e levava-me. ” (JESUS, 2014, p. 83).

De todo modo, Cota não conseguia dedicar tempo suficiente para estar com a sua família. Por isso que o momento em que vai morar no campo com eles representa uma mudança

significativa na vida da personagem, pois com esse estilo de vida, foi possível vivenciar a rotina familiar de uma forma totalmente diferente.

Minha mãe prosseguia:

- Eu comecei a sofrer depois que fui residir na cidade, foi na cidade que aprendi a gostar dos vícios, a cidade nos empolga e nos destrói. Eu não tinha tempo de estar a seu lado, ia trabalhar fora de casa, e você ficava vagando pelas ruas. Aqui vamos ser amigas.

(JESUS, 2014, p. 132)

A personagem é uma mulher contida, de poucas palavras, especialmente nos ambientes de trabalho. Muito se deve ao fato de como encarava os personagens brancos. Cota considerava os brancos superiores. Isso teve uma influência direta na percepção que tinha de si mesma e moldava sua personalidade a partir disso: “Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria.” (JESUS, 2014, p.126). Questões que são frutos de um passado escravista:

“Ela conversava com a minha mãe, perguntando-lhe o que ela sabia fazer. Minha mãe respondia com polidez. Minha mãe era do ventre livre e dizia que os brancos é que são os donos do mundo. Ela aprendeu a dizer aos brancos apenas:

- Sim, senhora, sim senhor.

(JESUS, 2014, p. 136)

Entretanto, havia uma razão para Cota ter esse tipo de comportamento social e a personalidade introvertida. Era uma consequência da estrutura social que se consolidava no Brasil pós-abolição:

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e da sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma

ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado – dócil, submisso e útil – enquanto o branco agia com o autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial.

(SOUZA, 1983, p. 20-21)

Mulher fálica, por ser a líder da família, Cota não mediu esforços para cuidar, zelar e proteger a filha dos males de uma sociedade estruturalmente racista, embora tivesse uma preferência declarada pelo filho de pele mais clara. Em várias passagens é descrita como uma mãe dedicada, sempre tentando educar da melhor forma possível a personagem central, mesmo que isso signifique estar distante da filha. Tudo o que diz para Carolina é para proteger a personagem das maldades do mundo. Esse aspecto vai ficando mais acentuado na fase adulta de sua filha, momento em que ela é vítima de muitas agressões.

Decidi seguir para Sacramento. Levei meus livros velhos que estavam no quartinho para eu ler. Quando cheguei à minha cidade, fui recebida com hostilidade pelos meus parentes. Eu já estava mais inteligente e observava as fisionomias rancorosas. Pensei: “Eles não sentem saudades”.

Minha mãe disse-me:

- Quando você chega, eu já sei que vou ter aborrecimentos. Eu já não lhe disse para você ficar por lá? Não é implicância nem antipatia da minha parte, é para o seu próprio bem. É um espetáculo duro para mim presenciar eles te prejudicarem.

(JESUS, 2014, p.177)

Apesar das duas personagens terem muitas divergências ideológicas por pertencerem a gerações diferentes, Cota sabia que o modo como a comunidade da qual faziam parte – família, vizinhos, conhecidos, empregadores – tratavam Carolina era em razão de não darem conta de tudo que sua filha era. A medida que a personagem cresce, Cota tenta, por meio do afastamento, proteger a filha das agressões sociais que estava sujeita por saber se impor diante delas através das ferramentas que teve acesso, como a alfabetização e o acesso aos livros. Muitas vezes, Carolina era alvo de más interpretações, como na vez que estava lendo um dicionário e algumas

peessoas o confundiram com o livro de são Cipriano, e Cota aconselhava: “É melhor você parar de ler esses livros, já estão falando que é livro de são Cipriano, que você é feiticeira. ” (JESUS, 2014, p. 180). Episódio que levou à prisão das duas:

Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei porque estava sendo presa. Apenas obedeci. Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado.

- Cale a boca! E você também está presa. Seguimos na frente dos dois policiais.

Minha mãe chorava dizendo: “Eu te disse para não vir a esta cidade. Por que você não fica com os paulistas? ”.

(JESUS, 2014, p. 181)

Esse foi o modo que Cota encontrou de proteger e, principalmente, demonstrar amor por Carolina. Demonstrações de carinho mais explícitas eram raras: “Nós estávamos num velório. Eu estava no colo de minha mãe, tão contente com aquela demonstração afetiva. ” (JESUS, 2014, p.74). Bell Hooks (1994), explica que essa forma de demonstrar afeto era uma herança do período escravocrata:

A prática de se reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência continuou a ser um dos aspectos da vida dos negros, mesmo depois da escravidão. Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravidão, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte.

(HOOKS, 1994, p. 3)

Comportamento que, como aponta Hooks (1994), também era visto por mulheres negras como estratégia de sobrevivência. Questão que contribuía para construir uma personalidade sólida e colocar o suprimento de necessidades materiais como centro e, consequentemente, colocava as necessidades emocionais em segundo plano. Um comportamento que era recorrente

entre mulheres negras, mas pouco discutido. “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam sobre isso.” (HOOKS, 1994, p. 1).

5.5 A preta, a branca e a mulata

Carolina possuía três madrinhas, cada uma pertencente a uma identidade étnica específica, fator que foi determinante para imagem que a personagem construiu a respeito de cada uma e a maneira como as tratava.

Fiquei pensando: “Tenho três madrinhas, qual é a melhor? Uma preta, uma mulata e uma branca.” A branca era tão boazinha que eu a alcunhei de madrinha doce. A siá Maruca era preta. Mas era carinhosa, penteava e trançava os meus cabelos. A madrinha Matilde que me crismou era mulata. A madrinha Mariinha era branca.

(JESUS, 2014, p. 20)

Quando nos detemos em uma por vez, o peso que essa questão, em específico, representava se materializa melhor. Mariinha é a madrinha branca. Referência do que era positivo e bom para Carolina, a ponto de a personagem construir a referência de quem era com base no tratamento que recebia da mesma: “A minha madrinha de batismo é quem me defendia. Ela era branca. [...] Eu pensava que era importante porque a minha madrinha era branca.” (JESUS, 2014, p. 17). De maneira que, inicialmente, a personagem ocupava um lugar sublime para Carolina.

Matilde, a madrinha mulata, possivelmente era a mais distante de Carolina, apesar de ter a crismado. Tendo em vista que, ao longo do livro, a personagem pouco aparece. A passagem mais significativa que temos a respeito dela se localiza no capítulo que trata especificamente das madrinhas. Era uma mulher que se preocupava com o modo que estava sendo julgada pelos outros:

Quando a minha madrinha Matilde não tinha nada em casa para comer, ela pegava um prato vazio e um garfo e ficava de pé na porta principal de sua casa, fingindo que estava comendo e dizendo:

- Faço isso para os meus vizinhos verem que eu não passo fome, porque sempre existe um vizinho de língua grande.

(JESUS, 2014, p. 24)

Já siá Maruca constituía-se como a madrinha responsável por ser a segunda mãe. Era quem cuidava de Carolina enquanto Cota trabalhava. Ao contrário de Mariinha e Matilde, ocupava um lugar em um plano mais presente. Por isso, foi também através dela que a personagem central entrou em contato com a violência doméstica.

Perguntou a siá Maruca:

- Onde e como conseguiste dinheiro para comprar essa farinha?

Os seus olhos voaram para o rosto de siá Maruca, que havia mordido os lábios. Por fim, ela resolveu responder:

- Eu lavei as roupas da dona Faustina, ela pagou, e eu comprei cinco quilos da farinha, lavei duas dúzias por um mil-réis. O quilo da farinha custou duzentos réis.

O meu avô retirou a cinta da cintura e espancou-a. Dizia:

- É a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento. Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora sou eu! Se a senhora não obedecer, vá embora!

A siá Maruca chorou.

(JESUS, 2014, p. 83)

Sempre foi muito comum que mulheres negras trabalhassem para sustentar a família, porém o mesmo não se dava com siá Maruca. Em união estável com Benedito José da Silva, era vítima de agressões por parte do parceiro, que apesar de ser uma referência de sabedoria

para toda a sua comunidade, agia dessa forma com sua companheira. No texto *Vivendo de amor* (1994), Bell Hooks disserta sobre isso:

Imagino que, após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mas é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar. Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabelecem relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação. Estavam assim se utilizando dos métodos brutais que os senhores de engenho usaram contra eles. Sabemos que sua vida não era fácil; que com a abolição da escravatura os negros não ficaram imediatamente livres para amar.

(HOOKS, 1994, p. 2)

Portanto, temos esse padrão de tratamento sendo assimilado nas relações entre pessoas negras:

A mulher que vivia com o meu avô era a siá Maruca. Uma preta calma. Era um casal elegante. Quando falavam, se o vovô a repreendia ela chorava e curvava a cabeça e pedia desculpas. Quando o vovô se ausentava eu dizia:

- Siá Maruca, por que é que a senhora não reage quando o vovô a repreende?

- Não, minha filha! A mulher deve obedecer ao homem.

(JESUS, 2014, p. 69)

Levando esses aspectos em conta, pode-se depreender que fatores de gênero, classe e, especialmente, de raça foram determinantes para o modo como Carolina lia cada uma de suas madrinhas, o grau de importância que atribuía a cada uma e como essas questões refletiam na maneira que via a si mesma. Quanto mais clara a madrinha, mais ligada a aspectos bons e

positivos, quanto mais retinta, o contrário. Evidenciando como as relações de raça eram determinantes para que muitas noções fossem construídas.

5.6 Ana Marcelina: auto ódio e branqueamento

Mais conhecida como “tia Ana”, essa personagem tem um papel crucial ao longo de Diário de Bitita, pois traz discussões importantes a respeito de como o colorismo e o branqueamento operavam em conjunto. Sendo uma mulher negra de pele clara do começo do século XX, suas atitudes vão de encontro ao que ocorria na estrutura social daquele período.

Por ser descrita como uma mulher de pele menos retinta, supõe-se que a personagem é resultado de uma união interracial, que era encorajada entre as pessoas negras, pois não sendo possível literalmente se embranquecer, por mais que houvessem mecanismos simbólicos para isso, a saída era chegar a traços e tom de pele mais próximos do branco por meio das outras gerações: filhos e netos. Isso porque o branco era a referência de tudo que era positivo, da ascensão social e o mais próximo do que seria ser humanizado e o negro, o contrário. Por isso que a repulsa que a personagem tinha para com negros, especialmente os de sua família, era tão acentuada: “Não gostava de preto. Dava mais atenção aos brancos. Quando olhava os pretos, era com os olhos semicerrados e desviava o olhar. ” (JESUS, 2014, p. 70). É o auto ódio, processo que Neuza Sousa Santos afirma que não se configura necessariamente como racismo de um negro com outro, mas sim como um processo de negação porque tudo que é relacionado a figura do negro é visto como negativo e inferior tendo como única saída interpretar o branco como referencial de positividade.

Tendo que livrar-se da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma outra concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo da estratégia de ascensão social. A sociedade escravista ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

(SOUZA, 1983, p. 19)

Carolina, sendo uma personagem de pele mais escura, tem pouco a dizer de Ana: “[...] porque ela era mulata. E havia, como divisa das famílias, o preconceito de cor. [...] quando nós, os sobrinhos pretos, íamos visitá-la, não tínhamos o direito de entrar. Casa de mulato, o negro não entra. ” (JESUS, 2014, p. 70). Passagem que pontua que auto ódio e o colorismo andam juntos na trajetória de Tia Ana. A tendência era que as pessoas que tivessem a pele negra mais clara tomassem como referencial o branco enquanto o negro de pele escura era visto como aquele que se deve manter a maior distância possível. Como afirma Neuza Santos Souza, esses fatores eram determinantes, pois existia um

tripé formado pelo contínuo de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial – sustentáculo da estrutura das relações raciais no Brasil – produziram as condições de possibilidade de ascensão do negro.

Constitutivo do primeiro elemento do tripé – o contínuo de cor – era o fato de que o negro e o branco representavam apenas os extremos de uma linha ininterrupta onde, às diferentes nuances de cor, se adscreviam significados diversos, segundo o critério de que quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação.

A inexistência das barreiras de cor e de segregação racial – associada à ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que realizar, individualmente, as expectativas da mobilidade vertical ascendente.

(SOUZA, 1983, p. 22)

Por isso Ana se esforçava para aplicar essa máxima em todos âmbitos possíveis de sua vida. No modo que vivia: “Minha tia vestia roupas finas iguais aos brancos. Esforçava-se para viver igual aos ricos. Residia numa casa confortável. Em todas as portas e janelas haviam cortinas. Tinha tapetes. As camas cortinados. Comiam à mesa. ” (JESUS, 2014, p. 70). Escolhia, controlava e influenciava o seu ciclo social e o de suas filhas: “As filhas gostavam de dançar. Nos bailes dos brancos, elas não iam porque não eram convidadas. Nos bailes dos negros, elas não queriam ir. ” (JESUS, 2014, p. 70). A ponto de decidir com quem deviam se casar: “Os comentários no velório eram desabonadores para a tia Ana, que impediu a filha de casar-se com

um preto. Dizendo que queria que a sua filha casasse com branco para purificar a raça. ” (JESUS, 2014, p. 70).

É importante ressaltar que as ações da personagem não devem ser vistas como racistas, e sim como resultado dessa política de branqueamento que se estruturou depois da abolição da escravidão e do auto ódio que se instaurou nas comunidades negras em consequência disso. Ana está mais próxima de uma vítima do que de uma vilã. Em sua perspectiva inundada por essas construções racistas, o que estava fazendo era salvar a sua família ao invés de exterminar suas raízes étnicas. Com tal intensidade que era ela que ocupava o lugar de chefe da família: “Era autoritária. Quem vestia calça era ela. Só faltava ter bigode. ” (JESUS, 2014, p. 113).

E, como naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços-de-branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente.

(SOUZA, 1983, p. 21)

O que Ana buscava era algo muito maior do que ascensão financeira, era chegar o mais próximo do que se entende por humano. Podemos perceber aí um contraste entre ela e Carolina, pois as duas viviam no mesmo ambiente, mas enxergavam o mundo, as pessoas, as situações de forma completamente diferentes. E isso se deve, em parte, a diferença que havia em seus tons de pele. “Se minha tia fosse inteligente, compreenderia que o valor das pessoas não está na cor, está nas ações. ” (JESUS, 2014, p. 77). Essa discussão ficará mais consistente tratando diretamente da personagem central.

5.7 Carolina Maria de Jesus: identidade, pertencimento e ancestralidade

Carolina é uma personagem profunda e que carrega consigo um papel muito importante. Além de descrever as suas vivências e a de todos os personagens que integravam seu ciclo

social, ela também traz uma nova perspectiva sobre a história nacional e suas relações raciais humanizando e elevando esses personagens negros diante das situações que enfrentam ao longo do enredo. Mas é especificamente através de sua narrativa que temos um melhor entendimento a respeito de sua trajetória, sua luta e a afirmação de identidade e pertencimento enquanto mulher negra. Esses aspectos sofrem influência direta dos valores sociais que estavam se construindo e, por outro lado, das raízes já firmadas pela ancestralidade. Resultando em uma mulher negra que estava à frente de seu tempo.

A começar pela relação que a personagem estabelecia com sua identidade étnica. Ao contrário de tia Ana, Carolina não considerava sua negritude um aspecto negativo. A maneira como olhava para si e seus semelhantes estava ligada, na maior parte das vezes, a um aspecto positivo, mesmo diante dos reforços sociais racistas aos quais teve contato: “- Então é você quem rouba as minhas frutas. Negrinha vagabunda. Negro não presta. Respondi: - Os brancos também são ladrões porque roubaram os negros da África.” (JESUS, 2014, p. 58). Diante dos diálogos que apresenta, a escritora constrói uma perspectiva humanizada a respeito do negro na voz de sua personagem central. Trechos que, por vezes, são sutis, mas carregados de um grande poder simbólico transformador: “Os negros não perseguem o mulato porque é mulato, nem o branco porque é branco. Então o negro é superior.” (JESUS, 2014, p. 75). Através deles temos acesso a consciência racial da escritora e seu consequente pertencimento a esse grupo.

Além de tudo que aprendeu com o avô, Manuel Nogueira e a mãe, a personagem também tomava conhecimento a respeito das coisas por meio da observação e, a partir disso, tirava conclusões que moldavam a sua personalidade. Como exemplo disso, temos a relação que Carolina estabelece com determinados contextos do ambiente urbano:

O único dia que eu detestava era o sábado, por causa da agitação. Se fosse possível acabar com o sábado! Só falavam do baile o dia todo. O meu desejo era transformar-me numa ave qualquer, mesmo que fosse urubu, e voar todos os sábados para fugir daquele ambiente que não me agradava em nada.

(JESUS, 2014, p. 100)

A agitação durante os fins de semana que, quando atrelada ao uso da bebida, podia potencialmente gerar contextos violentos. A bebida era utilizada visando diversos objetivos, como narra Carolina:

Eu observava as ações dos homens. Os pretos bebiam pinga à vontade. Quando nascia uma criança, eles bebiam porque estavam contentes. Mas aquela criança que nascia ia viver igual a eles quando crescesse. Quando eles estavam tristes, bebiam pinga. Mas o resultado de beberem pinga eram ficarem embriagados, brigarem, matarem uns aos outros, depois irem presos e apanhar dos soldados. Eu pensava: “Eu nunca hei de beber pinga. E todas as promessas que eu fizer a mim mesma, hei de cumpri-las.”

(JESUS, 2014, p. 55)

Temos, portanto, uma questão que envolve classe e raça. A bebida era utilizada em toda ocasião por ser um produto barato, facilitando o acesso de pessoas que tinham menos poder aquisitivo. Como a população negra trabalhava muito e não frequentava muitos espaços de lazer além dos bailes realizados aos sábados, a bebida era a fórmula de se obter felicidade ou um escape de fácil alcance. Consciente das consequências que seu uso em excesso ou de forma negligente gerava, a personagem central optou por se abster de seu uso e, inicialmente, dos bailes.

No que diz respeito ao plano histórico, a personagem narra acontecimentos importantes daquele período como o governo de Arthur Bernardes e o impacto da Era Vargas, fazendo uma leitura consciente de alguém que via como as camadas da população estavam sendo afetadas de formas diferentes diante desses acontecimentos. Como no trecho a seguir:

No final do governo do senhor Arthur Bernardes, várias crianças estavam alfabetizadas. Os pobres completavam o quarto ano e recebiam o diploma. As crianças ricas prosseguiram os estudos. Os pobres não tinham possibilidades de estudar nem o curso ginasial. E quantos meninos ricos choravam porque não queriam estudar.

(JESUS, 2014, p. 52)

Perspectivas que não se resumiam somente ao panorama do governo vigente, abrangiam igualmente importantes literatos negros e figuras que foram primordiais na luta por seus direitos e que, não raro, tiveram suas histórias distorcidas através da narrativa do dominador, gerando opiniões divergentes. Como Tiradentes:

O povo era revoltado porque meu sonho era aprender a ler, para ler o livro de Castro Alves. Os negros adoravam o Tiradentes em silêncio. Se um negro mencionasse o nome de Tiradentes, era chicoteado, ia para o palanque para servir de exemplo. Para os portugueses, Tiradentes era o secretário do diabo. Para os negros, era o ministro de Deus.

(JESUS, 2014, p. 62)

Assim como seu avô e Manoel Nogueira foram importantes para construir sua consciência e pertencimento racial por meio da tradição oral, os literatos negros tiveram o mesmo papel na vida de Carolina através da leitura:

Eu ouvia rumores que os portugueses haviam lutado desesperadamente para ser o dono dessas terras. [...] Quando eram obrigados a pagar os serviços prestados pelos negros desinteressaram-se do Brasil. Eles não iam para a lavoura. E eles xingavam os negros:

- Negros preguiçosos, se ainda existisse a escravidão com os braços para trabalhar gratuitamente, o Brasil ainda seria uma colônia lusa.

Mas José Bonifácio, José do Patrocínio, Castro Alves, Luís Gama, barão do Rio Branco não acatavam a escravidão.

(JESUS, 2014, p. 54)

Modo de interpretar as pessoas e situações que foram determinantes para como a personagem passou a ver seus semelhantes e como encarou os contextos dos lugares em que trabalhou. A obra traz uma perspectiva positiva em boa parte das vezes que Carolina se refere a um personagem negro. A exemplo disso, temos em esse trecho em que ela fala de um personagem mulato, o Cândido Nunes: “O que lhe agradava era sentar-se e falar. Contava

histórias maravilhosas. Se soubesse ler, poderia ser um grande escritor. ” (JESUS, 2014, p. 67). Algo bem diferente da visão racista dos personagens que eram etnicamente diferentes dela, que ganhava cada vez mais força e consolidação da estrutura social brasileira: “Elas (as professoras) diziam que toda profissão tem seu lado negativo. Depois exclamavam: - Os abolicionistas, veja o que fizeram! Essa gente pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado essa gente repugnante de volta para a África. ” (JESUS, 2014, p. 43). Portanto, através da perspectiva da personagem central, a narrativa eleva os personagens negros, fazendo com que eles sejam humanizados através desse gesto.

Diferente do que é dito pelos personagens, Carolina não era burra nem resignada. Eles afirmam que mesmo sabendo ler, a personagem era vítima de injustiças nas casas que trabalhou como doméstica. Entretanto, a personagem sabia que existiam diferentes níveis de imposição dada a hierarquia e contexto de cada situação. Podia sofrer duras consequências dependendo da reação que tivesse quando era demitida e/ou não recebia o seu salário. Logo, a relação que tinha com o ambiente de trabalho era composta, antes de tudo, por cuidado em suas ações para evitar maiores represálias uma vez que mesmo quando não fazia nada Carolina era alvo delas.

Depois que as condições de saúde da personagem melhoram consideravelmente, ela passa a se demitir dos empregos que conseguia porque eles não alcançavam o que ela considerava ideal. Naquele período, para mulheres negras, o serviço de mais prestígio era o de cozinheira. Isso porque além do salário ser mais alto, esse era um cargo que trazia outros significados para essas mulheres, pois promovia não somente uma ascensão financeira em suas vidas, mas no modo de como eram vistas socialmente. Se sentiam humanizadas. Temos, então, mais uma vez a elevação do personagem negro:

Uma boa cozinheira ganhava trinta mil-réis por mês. Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína. Enaltecia a si mesma dizendo:

- Eu sou forte! Não é qualquer uma que aguenta cozinhar para o doutor Souza.

Que orgulho, que vaidade, ser a cozinheira do doutor José da Cunha ou do presidente Franklin Vieira e José Afonso. Era comum ouvir os ricos dizerem:

- Sabe com quem você está falando? Eu sou a cozinheira do presidente.

(JESUS, 2014, p. 37)

Considerando a importância simbólica que essa profissão tinha para Carolina, é possível inferir que é por essa razão que Diário de Bitita se inicia com o capítulo “Infância” e tem seu encerramento com o capítulo “Ser cozinheira”. Representa sua trajetória em busca de humanização. No capítulo “Ser cozinheira” é chegada ao fim a narrativa autobiográfica que consiste na caminhada da personagem e escritora, Carolina Maria de Jesus, que ao alcançar o maior patamar que almejava e notar que havia mais possibilidades além disso, parte em busca de outras vivências no estado de São Paulo.

O livro se encerra com uma carga de esperança porque a Carolina escritora respeita a sua caminhada e volta para o momento em que estava tomada por esses sentimentos e quer que o leitor também acredite que terá uma vida melhor. E isso não significava somente um emprego que pagasse bem, como o de cozinheira. Carolina queria ter tempo além daquele dedicado ao trabalho. Para escrever, para ler, para namorar, para ter lazer. Ela acreditava que, sendo uma mulher letrada, conseguiria atingir esse equilíbrio no estado de São Paulo. Sabe-se que, temporalmente, o livro antecede o seu maior sucesso, “Quarto de Despejo”.

5.8 Adendo

Importante reiterar que apesar de os personagens terem traços de comportamento tão marcados, eles não tendem a seguir uma direção puramente maniqueísta. Não são essencialmente bons ou essencialmente maus. As características se justificam, mas, por muitas vezes, não os definem. João, avô de Carolina, apesar de ser a maior referência de sabedoria para a mesma, também representa o homem que pratica violência doméstica e têm hábitos dominadores. A mãe da personagem, apesar de ser super protetora com ela também é a mesma que não esconde a preferência pelo irmão, que tem a pele mais clara.

E boa parte dos personagens brancos descritos pela personagem central, que na maioria das passagens têm traços marcadamente racistas ao mesmo tempo que são vistos como pessoas

boas e íntegras socialmente. O que a escritora Carolina Maria de Jesus retrata na narrativa nada mais é do que o reflexo da sociedade brasileira do início do século XX que se estendeu até os dias atuais. Trazendo personagens com traços particulares, mas que poderiam estar presentes em diversos tipos sociais justamente porque carregam esse poder representativo universal que vai de encontro a realidade brasileira.

6. Considerações finais

Ao longo de toda narrativa, temos acesso a perspectiva de uma escritora negra que ficcionaliza sua própria vida trazendo um universo de elementos literários ricos e inovadores. Carolina Maria de Jesus consegue falar de si mesma e de toda realidade que integrava, fazendo do embate racial o centro de suas discussões. Não porque seu intuito central era focalizar essa questão, mas porque ela estava indiscutivelmente atrelada a si. Uma pauta fundamental para compreender como percebia o mundo. Era a partir disso que traçava suas disputas. Desumanizada em boa parte de sua trajetória pela sociedade pós-abolicionista, a escritora vai na direção contrária da qual tentavam encaixá-la. Não se calando e agindo da melhor forma que podia em conflitos racistas, não se resignando aos empregos, que sempre a privavam de algo e não lhe ofereciam uma vida plena e se inspirando em figuras semelhantes a si, do avô aos literatos negros. Partindo, por meio dos conhecimentos adquiridos na linguagem oral e leitura em busca de seu lugar.

A partir de seu lugar de fala, a escritora lê, percebe e é transpassada pelas experiências que narra, se humanizando nesse processo de escrita. Alçando, desse modo, o direito a literatura (1988) em seu sentido completo. No qual a autoria, defendida por Luana Barossi (2017), é um fator central para chegar a essa completude. Ao racializar seus personagens sem desumanizá-los, fetichizá-los ou reduzi-los a estereótipos, Carolina Maria de Jesus consegue refletir a História em curso partindo do lugar do oprimido, dando voz e verdade aos acontecimentos reais através da ficcionalização deles. Diário de Bitita é, portanto, uma obra literária afro-brasileira realista.

Porém, apesar de todas as questões levantadas, assim como Tom Farias, concluo esse trabalho afirmando que

Com toda a sinceridade, minha tarefa não está concluída, por mais que eu tenha me esforçado, e por uma razão mais do que simples e direta: Carolina não me permite. Ela está sempre nos desafiando a buscar por ela em lugares e situações cada vez mais misteriosos e intrincados. Em determinados pontos, parece que ela faz de propósito ao baralhar a própria história para que a tomemos como um enigma que verdadeiramente é.

(FARIAS, 2017, p. 8)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [s.l.], n. 51, p.22-40, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018512>.

BASTOS, Hermenegildo. Formação e representação. **Cerrados**: Revista do programa de Pós-graduação em Literatura, Brasília, n. 21, p.914-112, 15 2006.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Direito e relações raciais**: uma introdução crítica ao racismo. 1989. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1989.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em 19 jun. 2019.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CUTI . **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 31, p.11-13, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Edufba, 2008. 194 p.

FARIAS, Tom. **Carolina**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 352.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013. 283 p.

_____. **Vivendo de amor**. 1984. Disponível em:
<<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>>.
Acesso em: 21 abr. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 203 p.

_____. **Diário de Bitita**. 2. ed. São Paulo: Sesi-sp, 2014. 206 p.

MARGINAL. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em:
<<https://www.dicio.com.br/marginal/>>. Acesso em 24 abr. 2019.

_____. In: **Infopédia**: Dicionários Porto Editora. Disponível em:
<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/marginal>>. Acesso em 24 abr. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978. 183 p.

SOARES, Mei Hua. **A literatura marginal-periférica e a escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, G. H. P. Memória, autobiografia e diário íntimo. Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa da vida. In: BASTOS, H.; ARAÚJO, A. B. (Org.). **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 88 p.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). **Literatura Afro-Brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.